

Acção **Socialista**

Nº 1201 - 16 Julho 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



MAIS PARIDADE MELHOR DEMOCRACIA

O PS é hoje o partido que mais mulheres envolve directamente na actividade política. Mas isso ainda não chega. A ambição dos socialistas vai mais longe e pretende que a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens seja factor de diferença nas propostas que apresenta ao País e o eixo essencial da democracia. A tomada de posse de Sónia Fertuzinhos como presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas vai dar corpo a essa ambição, que se concretizará nos próximos actos eleitorais, em que será já respeitada a quota de um terço de mulheres em todas as listas de candidatas.

3



Sónia Fertuzinhos, nova presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, conta com Ferro Rodrigues para fazer da paridade e da igualdade marcas de qualidade do PS

SN NO PORTO

PS prepara-se para ganhar autárquicas no distrito

5

FAUL

Encontro de dirigentes responsabiliza Governo pela depressão no País

7

EUROPA

Ferro quer União a aplicar Estratégia de Lisboa

15

ENTREVISTA



Vieira da Silva: "Enriquecer a democracia interna"

12

**UNIVERSIDADE DE VERÃO DO PS
"GOVERNAÇÃO PROGRESSISTA"**

ÉVORA_19 A 23 DE AGOSTO
Inscrições até 31 de Julho

PARTICIPE

Estudos

CRISE DA ECONOMIA E INCOMPETÊNCIA DO GOVERNO

1. O quadro europeu em que nos encontramos impõe a participação continuada no processo de revisão dos tratados e na definição final do texto do novo Tratado Constitucional da União Europeia, o que caberá à Conferência Intergovernamental, tendo em conta a proposta oriunda da Convenção.

Mas também é muito importante entendermos que, no plano económico e social, é inadiável a reavaliação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, medindo os seus efeitos na economia de cada país e avaliando o impacto que está a ter na evolução social, nomeadamente no plano do desemprego. Seria necessário, portanto, destrinçar que parte das responsabilidades de alguns Estados Europeus estarem a entrar numa situação de recessão se deve:

- à inabilidade, ineficácia ou má concepção das políticas económicas, dos Governos dos países em causa (Portugal, Alemanha, França, Holanda) que já mergulharam na recessão (como o nosso) ou que estão a decrescer economicamente;
- às dificuldades da conjuntura económica mundial;
- aos limites e restrições formais impostos pelo texto do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

2. Em Janeiro último, a Assembleia da República aprovou, nalguns pontos por unanimidade e noutros por esmagadora maioria, uma resolução em que se recomendava ao Governo português que justamente se empenhasse "na sua reavaliação de modo a que este instrumento (o Pacto de Estabilidade e Crescimento) não comprometa, antes beneficie o crescimento e a coesão económica e social da União Europeia" (do ponto 1).

Mas o Parlamento nacional também deliberou, no ponto 4 da mesma resolução (votada em 9 de Janeiro de 2003) "defender que o equilíbrio nas finanças públicas deve ser articulado com uma política económica e social que aumente a confiança, diminua a incerteza, garanta estabilidade social e promova a actividade económica".

3. Ora, na situação em que estamos hoje, o Governo demonstra as maiores dificuldades em conseguir promover o desenvolvimento ou

sequer o crescimento económico, tendo, essencialmente por inabilidade política, mergulhado o país numa recessão cuja duração não é clara. Julgou que se "safava" das suas responsabilidades políticas, atribuindo, de forma ora injusta ora exagerada, todas as responsabilidades aos socialistas (em cujos governos houve uma permanente aproximação gradual ao níveis económicos médios europeus). Hoje é claro que o Governo actual:

- tem uma política fiscal injusta e em boa parte contraproducente; não satisfaz os seus objectivos, não aumenta a equidade nem faz crescer a eficiência fiscal;
- não consegue conduzir uma efectiva consolidação das finanças públicas, apenas respeitando nominalmente o limite do défice do Sector Público Administrativo, através de "manigâncias" orçamentais e da obtenção de receitas extraordinárias, concretizadas essencialmente através da venda de património do Estado nem que seja a empresas dependentes do Ministério das Finanças.

4. A crise que emergiu em torno dos Pagamentos Especiais por Conta é bem um afloramento da incompetência do Governo neste domínio. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais ufanou-se, em sede parlamentar, da previsão do aumento anual de cerca de 500 por cento no mapa dos Pagamentos Especiais por Conta.

Foi apresentado pelos deputados do PS um conjunto de propostas de alteração neste domínio, durante o debate do Orçamento de Estado para 2003. Estas propostas alteravam nomeadamente os limites de aplicação dos Pagamentos Especiais por Conta, bem como a base de incidência dos valores sujeitos a imposto. A maioria parlamentar de direita recusou, de forma altaneira, as alterações propostas pelo PS e hoje, devido à sua arrogância e à incompetência demonstrada, vê-se confrontada com as consequências da má elaboração e apresentação da sua política fiscal.

É isto que está em causa e não a óbvia necessidade dos portugueses pagarem impostos. Só que esse pagamento tem que corresponder a critérios de equidade e de justiça fiscal.



JOEL HASSE FERREIRA

O Governo demonstra as maiores dificuldades em conseguir promover o desenvolvimento ou sequer o crescimento económico, tendo, essencialmente por inabilidade política, mergulhado o país numa recessão cuja duração não é clara.

FÉRIAS DE TANGA MAS NAS NUUVENS

ANTOONIO COLAÇO



POSSE DA DIRECÇÃO DAS MULHERES SOCIALISTAS

SÓNIA FERTUZINHOS RECLAMA IGUALDADE DE GÉNEROS COMO MARCA SOCIALISTA



Ajudar a reforçar a presença das mulheres na política de um modo geral e nas actividades do Partido Socialista em particular é o desafio aceite pela nova presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Sónia Fertuzinhos, que no seu discurso de tomada de posse avançou com uma ambição bem mais profunda: "que o PS passe a integrar nas propostas que apresenta à sociedade a perspectiva de promoção da igualdade entre mulheres e homens como pilar essencial".

"Queremos que a igualdade de género seja uma marca de qualidade nas propostas do PS para Portugal", afirmou Sónia Fertuzinhos na cerimónia da sua investitura enquanto líder do DNMS, cujos convidados encheram por completo, no passado dia 14, o salão nobre da Sede Nacional e que contou com a presença de várias representantes de outros partidos políticos e organizações.

A nova presidente das mulheres socialistas afirmou ser sua intenção levar o departamento a tomar a iniciativa de ir junto das militantes, e não esperar que destas parta essa aproximação.

"Iremos ter com as militantes, promover e dinamizar a sua acção e intervenção, para que onde exista o PS não haja razão para dizer que as mulheres não são envolvidas não existem em número significativo ou porque não querem participar", reafirmou a deputada, para quem a prioridade central do DNMS não passa por reclamar medidas de discriminação positiva, mas por "mudar a forma como nos relacionamos, corrigindo e aperfeiçoando a nossa organização social".

E porque só mudando a sociedade para melhor será possível ver homens e

mulheres como "os dois rostos do humano", Sónia Fertuzinhos assegurou o contributo do DNMS na concepção do projecto socialista para o País.

Avançando com as três grandes prioridades na organização do trabalho do Departamento (ver caixa), a parlamentar frisou que é "em momentos de crise como o que vivemos que temos, todos, de reinventar, que ousar, que ser radicais na defesa da nossa democracia e do princípio da igualdade".

Neste sentido, a líder das mulheres socialistas exortou o secretário-geral do PS a defender e fazer reconhecer o valor da "mixidade humana".

De seguida, Sónia Fertuzinhos reiterou o apoio das militantes socialistas e do departamento para a consolidação de "um PS combativo, emotivo e intransigente na defesa das pessoas e das suas necessidades".

"Pode contar connosco, pode contar comigo para o ajudar a construir um projecto de mudança em que as portuguesas e os portugueses se revejam, acreditem e se sintam envolvidos", reiterou.

A terminar o seu discurso de tomada de posse, Sónia Fertuzinhos dedicou uma palavra de reconhecimento a Maria do Carmo Romão (ex-presidente do DNMS nos últimos anos), saudando ainda as candidatas à presidência do departamento vencidas.

Ferro garante um terço de mulheres socialistas nas listas eleitorais

Por seu turno, Ferro Rodrigues afirmou que os socialistas vão respeitar nas próximas eleições autárquicas e europeias a quota de um terço de mulheres em todas as listas de candidatos.

Na sua breve intervenção, o líder do PS defendeu a paridade como uma das formas para melhorar a qualidade da democracia portuguesa e salientou que a introdução da eleição directa da presidente das mulheres socialistas – medida adoptada no último congresso do partido, realizado em Novembro de 2002 – contribuiu para "uma grande participação" das militantes do partido. Ferro deixou ainda a garantia de que as quotas em vigor internamente no PS "serão respeitadas nas candidaturas para as próximas eleições". Recorde-se, a este propósito, que, no último congresso socialista, a quota mínima para a presença de mulheres passou de 25 para 33 por cento.

Toque feminino

De assinalar ainda que, antes do discurso da presidente do departamento das mulheres, falaram a maestrina Joana Carneiro (filha da deputada do PS Maria do Rosário Carneiro) e a jornalista Maria António Palla, tendo a sessão sido ainda marcada pela leitura de poemas de António Gedeão, Sophia de Mello Breyner, Manuel Alegre e Natália Correia interpretados pelos actores Vítor de Sousa e Lourdes Norberto.

Bastante aplaudida, a jovem maestrina referiu-se às dificuldades sofridas pelas mulheres na área da música. "Só há 20 anos a Orquestra Filarónica de Berlim sofreu o trauma com a contratação da primeira mulher, que foi embora pouco depois por ter enfrentado tantos problemas", recordou, voltando à ideia de que "há ainda um longo caminho a percorrer no caminho para a igualdade".

MARY RODRIGUES

PERFIL

À espera do seu terceiro filho, Sónia Fertuzinhos é a nova presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), sucedendo neste cargo a Maria do Carmo Romão.

Deputada do PS desde 1996, Sónia Fertuzinhos, de 30 anos, venceu, a 10 de Maio passado, com 46 por cento dos votos, as primeiras eleições directas para a presidência do DNMS, batendo as candidaturas de Celeste Correia, Carolina Tito de Moraes e Maria José Matos.

Licenciada em Relações Internacionais e a fazer actualmente um mestrado de ciência política na Universidade Católica, a nova líder das mulheres socialistas afirma ter como principal objectivo o aperfeiçoamento do sistema de paridade no PS, pelo que se propõe aumentar os níveis de participação das mulheres no interior do partido.



TRÊS GRANDES PRIORIDADES PARA O DEPARTAMENTO DAS MULHERES SOCIALISTAS

- Preparar as eleições autárquicas, por forma a garantir um aumento da participação feminina no poder local, introduzindo assim, nos programas eleitorais e na prática das autarquias a visão da igualdade de género.

- Constituir equipas distritais para fazer um diagnóstico dos principais problemas dos diferentes distritos que têm impacto no quotidiano de mulheres e homens, de modo a construir um retrato de Portugal que será o contributo do DNMS para o programa de Governo que o PS apresentará nas eleições legislativas.

- Fazer um estudo sobre a organização e funcionamento do PS, no sentido de identificar os constrangimentos à participação das mulheres e as formas concretas de os ultrapassar.



DEBATE DO ESTADO DA NAÇÃO

UM ANO PERDIDO

Estamos pior do que há um ano. Em todos os planos, seja o económico, o social ou o cultural, a verdade é que passados quinze meses de governação de Direita o País regrediu em todos os indicadores, apesar do assinalável esforço de marketing político do Governo.

Esta mensagem por Ferro Rodrigues deixada no debate do Estado Nação ocorrido no passado dia 3 de Julho na Assembleia da República.

A fatalidade que se abateu sobre Portugal poderia ter sido evitada caso o Governo, apesar de avisado, não tivesse errado quando aumentou o IVA e os pagamentos por conta, impôs cortes cegos no investimento e não salvaguardou os interesses da agricultura portuguesa no âmbito da reforma da PAC.

Mas para Ferro Rodrigues, a "face mais brutal" da crise é o desemprego com os números a evidenciarem a cruel realidade: em apenas um ano quase 100 mil portugueses foram para o desemprego. Este é, segundo o secretário-geral do PS, o único índice em que convergimos "a grande velocidade" com a Europa: "Portugal apresenta o maior crescimento da taxa de desemprego: um aumento quase cinco vezes superior à média da União" Constatando de que Portugal é hoje o País da União Europeia que "vive a maior recessão", Ferro Rodrigues destacou o relatório do Banco de Portugal para lançar o alerta de que "em 2004 o país pode parar".

As promessas eleitorais por cumprir não podiam ser nem foram esquecidas no discurso de Ferro Rodrigues, que acusou o Governo de ter prometido tudo a todos, de baixar impostos e de aplicar um choque fiscal, de pôr o País a crescer acima da média europeia, de equiparar as pensões ao salário mínimo, verificando-se agora que tudo não passou de um logro, "um embuste eleitoral". Dando como exemplo o distrito de Bragança onde o PS havia realizado no fim-de-semana anterior uma reunião de Secretariado Nacional descentralizado, o líder socialista sublinhou que em Trás-os-Montes continuam por resolver os problemas da Casa do Douro, que as auto-estradas são uma miragem e a Universidade de Bragança não passa de mais uma promessa. Assim, não admira que ao defraudar de modo grosseiro as expectativas das pessoas o Governo dê também uma "machadada na credibilidade em todos os políticos". Para Ferro Rodrigues, "é uma vergonha a forma como o Governo não cumpre os compromissos que estabelece consigo mesmo".

Muita parra e pouca uva

Sobre as tão apregoadas reformas que o Executivo diz que está a fazer, a crítica contundente de Ferro. "Tanto barulho para nada", afirmou, para em seguida dar como exemplos o rendimento mínimo, a nova legislação de trabalho e a televisão. "Há um ano que andam envolvidos na trapalhada do Rendimento Mínimo. Há um ano que andam por regulamentar a Lei de Bases da Segurança Social. A legislação laboral continua enredada nas costumeiras inconstitucionalidades em que se têm tornado especialistas. A televisão pública continua e ainda bem, com o seu segundo canal", disse.

No quotidiano, as alterações introduzidas



O desemprego é a pior face da recessão a que o Governo conduziu Portugal

levaram a uma mudança para pior na vida dos portugueses. No altar do défice sacrificou-se o que de bom existia no ambiente, na cultura, na ciência, no ensino superior, na qualificação, paralisou-se a construção de uma rede de apoio à família, foram criadas listas de espera para toxicodependentes, e os museus estiveram fechados ao fim-de-semana como prova de que afinal a propalada aposta no turismo não passa de retórica. Sobre tudo isto se pronunciou Ferro Rodrigues que também se referiu ao entorpecimento vivido nas obras públicas. "Haverá mais indecisão do que aquela que o Governo tem demonstrado face à Ota, face à alta velocidade ferroviária?",

questionou o líder socialista que também acusou a maioria de "chumar, chumar, chumar" as dezenas de iniciativas dirigidas à competitividade, à reforma da Administração Pública, à reforma da despesa pública e ao incentivo à investigação apresentadas pelos socialistas.

Ainda sobre a magna questão do défice e do rigor das contas públicas, o secretário-geral do PS foi taxativo: "A execução orçamental está para mostrar o vosso rigor. Todos os meses piora. Sem as manigâncias referidas pelo professor César das Neves o défice de 2002 seria pior que o de 2001. E o défice de 2003 que manigâncias o poderão

salvar? Será que vão pôr em risco os direitos futuros dos aposentados da função pública, aumentando as responsabilidades da Caixa Geral de Aposentações através da manigância que é a transferência do fundo de pensões dos CTT?", questionou. Reiterando a disponibilidade do PS para participar em consensos em diversas áreas, a conclusão do secretário-geral é a de que "nesta legislatura não tem faltado uma oposição construtiva. O que tem faltado é uma maioria construtiva". Insatisfeito com a situação a que o País chegou e porque "Portugal merece melhor" Ferro Rodrigues deixou o aviso: "Ou os senhores mudam de política ou

os portugueses continuarão mergulhados neste depressão colectiva em que vivem".

Ilusionismo político

Após a intervenção inicial do primeiro-ministro na abertura do debate do Estado da Nação, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, comentou as afirmações de Durão Barroso, acusando-o de "um número de ilusionismo", ao fazer um diagnóstico "irreal" sobre o actual estado da nação. "Assistimos a um espectáculo de auto-elogio e de ficção", denunciou Ferro Rodrigues, que logo nessa sua primeira alocução aludiu "às promessas" feitas pelo actual primeiro-ministro na última campanha eleitoral, como o "choque fiscal". O secretário-geral socialista também apontou o dedo ao líder do CDS-PP, Paulo Portas, que "andou pelas feiras e mercados a prometer a equiparação da pensão mínima ao salário mínimo nacional". Um ano depois, segundo Ferro Rodrigues, "os impostos e o desemprego subiram, a economia entrou em crise e os reformados tiveram em 2003 o menor aumento dos últimos anos". "Na realidade, há uma lista de espera enorme em Portugal: os portugueses que esperam que cumpra as promessas que fez", atacou o líder socialista, após ter criticado "o perdão fiscal" dado pelo Governo no final do ano passado e a "encenação das reformas de fundo" anunciadas pelo Executivo. "Quanto a reformas de fundo, houve muita parra e pouca uva", comentou Ferro Rodrigues, adiantando que o PS não estará disponível para colaborar "se não inverter as suas políticas, se não acabar com os expedientes e com as manigâncias" orçamentais. Da bancada parlamentar do PS intervieram também no debate colocando perguntas ao primeiro-ministro, os deputados José Sócrates, Elisa Ferreira, João Cravinho, Manuel Maria Carrilho e António Costa.

PREVISÕES DO BANCO DE PORTUGAL**RECESSÃO VAI CONTINUAR**

A economia portuguesa deverá sofrer uma quebra de um por cento, o desemprego pode ultrapassar os dois algarismos e a retoma em 2004 é incerta. Estas são as previsões do Banco de Portugal.

A economia portuguesa deverá sofrer uma contracção de um por cento, o desemprego pode ultrapassar os dois dígitos e a retoma em 2004 é ainda incerta. Estas são as previsões pessimistas do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, reveladoras dos efeitos que está a ter na situação da nossa economia uma opção errada, centrada única e exclusivamente no controlo do défice. Neste cenário de crise, o desemprego, que já atinge os 6,5 por cento, "continuará a aumentar", referiu Vítor Constâncio, que apresentou aos deputados o relatório anual de 2002 e as previsões económicas para 2003 e 2004 do Banco de Portugal. As previsões do Banco de Portugal prevêem que o crescimento económico deva ser este ano entre menos um e zero por cento, com uma probabilidade elevada

de se vir a situar no limite inferior do intervalo, segundo o governador. Há uma inércia decorrente do pessimismo dos consumidores e empresários, oriundo de 2002, que ainda está a penalizar a actividade económica. Em 2002, o crescimento do emprego foi "muito reduzido" frisou o governador. A taxa de desemprego fixou-se nos 5,1 por cento, acima dos 4,1 por cento registados em 2001. Além do habitual desfaseamento temporal entre a recuperação do ciclo e da taxa de desemprego, o atraso da retoma económica está a dificultar a melhoria no mercado de trabalho, aponta o relatório do Banco de Portugal, que também prevê que o crescimento da economia nos próximos dois anos será abaixo da média europeia, adiando a convergência real com o nível de vida europeu.

SECRETARIADO NACIONAL DESCENTRALIZADO

PS PREPARA-SE PARA SER ALTERNATIVA NAS AUTARQUIAS DO PORTO

O Partido Socialista está a preparar-se para nas próximas eleições autárquicas ser alternativa no distrito do Porto, particularmente nos concelhos de Porto e Gaia, onde o PSD é atravessado por lutas internas, afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, após uma reunião descentralizada do Secretariado Nacional, que desta vez se realizou na Invicta.

"As divergências fratricidas no PSD do Porto abrem boas perspectivas para o PS nas próximas autárquicas, estando o Partido a preparar-se para ser alternativa no distrito", afirmou Ferro Rodrigues, que nos dias 10 e 11 teve uma intensa actividade política, na medida em que a reunião do Secretariado coincidiu com o colóquio "Uma Constituição para a Europa", onde fez a intervenção de encerramento, no sábado.

O secretário-geral do PS considerou "inadequada" a proposta de Luís Filipe Menezes de juntar as cidades de Gaia e do Porto. Para Ferro Rodrigues, o ideal seria que o PSD e o PS se entendessem sobre as regiões administrativas, "mas infelizmente o PSD optou por soluções de recurso que não correspondem aos problemas de desenvolvimento integrado do país".

Para Ferro Rodrigues, a reunião do Secretariado Nacional foi "muito produtiva" e sublinhou o facto de o Governo ter também, na sequência desta iniciativa do PS, ter marcado o



A reboque do SN no Porto, o Governo também vai reunir-se na Invicta

Conselho de Ministros para a cidade no dia 31 de Julho.

"Vemos com agrado a realização de um Conselho de Ministros aqui no Porto e esperamos que o Governo diga depois aos habitantes do distrito o que pensa fazer em relação aos projectos parados,

ao desemprego que se vai agravando e à desconfiança das pequenas e médias empresas face à actuação governamental em matéria financeira", afirmou.

No mesmo sentido foram as declarações do líder da distrital do Porto, Francisco

Assis, que disse "haver fortes razões para que o Governo se reúna no Porto, porque as opções políticas do Executivo, graves para todo o país, têm especial incidência neste distrito, onde vive um em cada quatro portugueses actualmente no desemprego". Neste

sentido, Assis exigiu medidas excepcionais para o Porto, e mostrou mesmo a sua disponibilidade para elaborar, em conjunto com outras forças partidárias, um caderno de encargos a apresentar ao Governo.

"Enquanto o PSD se encontra aqui no distrito completamente distraído em guerras internas, o PS/Porto está em plena sintonia com a sua direcção nacional empenhado em encontrar saídas concretas para a grave situação que aflige esta região", disse Francisco Assis.

Ainda durante a manhã de sábado, numa deslocação a Santo Tirso com os membros do Secretário e da Federação do PS/Porto para contactos com os dirigentes locais, Ferro acusou o Governo de desorientação relativamente ao aeroporto da Ota.

"O Governo anda de estudo em estudo, de calendário em calendário, demonstrando uma grande desorientação numa altura em que o país precisa de investimentos públicos estruturantes, como é o caso do aeroporto da Ota", disse.

Ferro Rodrigues criticou ainda a "confusão" que se instalou no Governo a propósito do Pagamento Especial por Conta, alegando que "depois de ter lançado uma medida tecnicamente incorrecta, anda agora numa política de avanços e recuos que apenas serve para desmotivar as pequenas e médias empresas".

FESTA DE VERÃO EM VILA REAL

FERRO PEDE AO ELEITORADO QUE MOSTRE "CARTÃO LARANJA" AO GOVERNO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, apelou ao eleitorado para que mostre nas europeias de Junho do próximo ano um "cartão laranja" ao Governo, que acusou de insensibilidade ao flagelo do desemprego, sublinhando ser necessário que os socialistas não deixem que o europeu de futebol de 2004 venha a prejudicar a participação nas eleições.



2004 é determinante para ganharmos as grandes batalhas eleitorais

Ao intervir na Festa de Verão do PS no distrito de Vila Real, realizada domingo em Vila Pouca de Aguiar, onde foi alvo de uma entusiástica recepção dos militantes e simpatizantes, Ferro Rodrigues salientou que o ano 2004 vai ser "muito importante", já que vão decorrer as eleições europeias, em Junho, e as eleições regionais nos

Açores e na Madeira, em Setembro. "É um ano determinante para podermos ganhar também as grandes batalhas de 2005 e 2006, das autárquicas, das presidenciais e das legislativas", afirmou.

Nesse sentido, o secretário-geral do PS alertou os socialistas para que "não deixem que o Euro 2004 transforme as eleições europeias num exercício de abstenção".

É que, explicou, "nós temos que chamar a atenção não só para os problemas europeus mas para a necessidade de, em Junho de 2004, mostrarmos um cartão cor de laranja ao PSD e ao CDS/PP porque eles estão a governar mal e a prejudicar Portugal".

Na sua intervenção, interrompida frequentemente pelos aplausos dos presentes, Ferro Rodrigues abordou também a actual crise económica e social em que o País se encontra mergulhado, salientando que Portugal é o único país da União Europeia que, em três trimestres consecutivos, "viu baixar a sua produção e o seu produto interno bruto".

Governo insensível ao desemprego

A insensibilidade social do Governo que tudo sacrifica em nome da ortodoxia financeira foi também alvo das críticas do líder do PS, que acusou o Executivo de direita de "não se preocupar" com a recessão, com o desemprego, e com a exclusão social, apontando,

nomeadamente, os cortes no rendimento mínimo.

Ferro Rodrigues lembrou ainda a governação socialista, entre 1995 e 2001, anos que considerou serem de "progresso social, humano, tecnológico, científico e ambiental". Mas, num acto de grande humildade e honestidade política, não deixou de reconhecer que houve, naturalmente, coisas que correram menos bem, referindo, designadamente, as baixas de impostos que levaram em 2001 ao problema orçamental.

No entanto, adiantou, "o problema orçamental foi pior em 2002, com o actual Governo, pois como dizem alguns analistas da direita, foram as manigâncias contabilísticas que permitiram esconder o défice de 2002, senão este seria superior ao défice de 2001".

Por sua vez, o líder da Federação de Vila Real, Ascensão Simões, aproveitou para criticar a posição do Governo, que acusou de obstaculizar matérias como a criação da Universidade de Chaves, o Pacto do Alto-Tâmega e os problemas dos produtores da batata e do vinho.

FERRO LEVA SOLIDARIEDADE AOS PORTUGUESES NO CANADÁ

Recebido entusiasticamente com gritos de "Ferro, Ferro, Ferro", num jantar-convívio, em Toronto, com mais de três centenas de empresários e profissionais luso-canadianos, o líder dos socialistas fez questão de sublinhar que na sua viagem ao Canadá estava mais a representar o País do que o partido, referindo que quando se apercebeu "desta polémica absurda acerca da pneumonia atípica – e da recusa de Durão Barroso em ali vir com receio da doença – eu tive a ocasião de dizer que gostaria de vir trazer o meu abraço de solidariedade".

Recepções calorosas da comunidade lusa e críticas ao cancelamento por Durão Barroso de uma deslocação a Toronto marcaram a visita do secretário-geral dos socialistas ao Canadá, onde contactou com os emigrantes portugueses e estruturas locais do PS.



Ferro foi alvo de recepção calorosa da comunidade lusa

Outro dos pontos altos desta deslocação de três dias ao Canadá foi um piquenique organizado pelo Clube Português de

Mississauga, em Oakville, perto de Toronto, onde cerca de duas mil pessoas saudaram calorosamente o líder socialista,

ao mesmo tempo que zuriaram no primeiro-ministro, Durão Barroso, por ter anulado uma deslocação a Toronto, em Junho, por receio da pneumonia atípica.

"Sinto-me como se estivesse em Portugal", disse Ferro Rodrigues, para quem estar ali "era um dever".

Sobre o cancelamento da viagem do chefe do Governo português, Ferro Rodrigues afirmou que "ou não havia perigo ou era um perigo desprezível, e o primeiro-ministro deveria vir".

Acrescentando ainda que se com o problema da pneumonia atípica "havia realmente perigo para os milhares de portugueses de cá e então o primeiro-ministro deveria estar com eles".

Nesta visita onde os elogios a Ferro e críticas a Durão Barroso estiveram sempre presentes, o líder do PS teve a oportunidade de percorrer ruas de

Toronto onde proliferam estabelecimentos comerciais dos nossos compatriotas junto de quem defendeu que o Governo devia "interessar-se mais pela emigração".

Já na secção local do PS, incentivou os militantes para "os novos desafios que se colocam a um partido na oposição".

Destaque também para o jantar, na sede do sindicato Universal Workers Union, um dos maiores do Canadá. Perante cerca de mil pessoas, o líder do PS recebeu as chaves da cidade de Toronto do número dois da autarquia, Case Oats, "por apoiar a cidade" e "por ter vindo quando os outros não o fizeram".

Apelando à sua condição de membro do Conselho de Estado para poder falar em nome de Portugal, Ferro Rodrigues pediu desculpa pela recusa do primeiro-ministro em ir a Toronto durante a crise da pneumonia atípica.

NOVAS ADESÕES ENRIQUECEM PS

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, reafirmou que uma das principais prioridades dos socialistas "conluará a passar" pela renovação e por uma política de atracção de quadros para a militância no partido, após ter assinado a ficha de adesão ao PS do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, prof. Luciano de Almeida. Licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa, Luciano de Almeida disse ter tomado a decisão definitiva de se filiar no PS, "após a prisão de Paulo Pedrosa".

"Considero essa prisão inexplicável e entendi que esta era a altura de dizer ao PS que estava com Paulo Pedrosa e com o partido", afirmou o presidente do Instituto Politécnico de Leiria.

O docente universitário, que apoiou como independente o PS nas últimas eleições legislativas, fez ainda questão de referir que a prisão de Paulo Pedrosa "apenas confirmou as dúvidas" que sempre teve em relação ao sistema penal em Portugal.

Por sua vez, Ferro Rodrigues frisou que o PS "continua a atrair quadros e personalidades relevantes", dando como exemplos as recentes adesões ao partido do advogado Miguel Galvão Teles e do jornalista e professor universitário José Rebelo, colaborador do "Acontece".

"O PS vai seguramente dinamizar-se com a entrada de pessoal de elevada qualificação. Temos de captar essas pessoas em cada área científica e em cada região", disse.

Entretanto, nos últimos dois meses entraram para o partido 850 novos militantes.



Luciano de Almeida, presidente do Politécnico de Leiria, aderiu ao PS para ajudar à renovação

RENTRÉE EM PREPARAÇÃO

A Comissão Política do PS decidiu realizar uma Universidade de Verão, destinada a militantes do partido, que terá lugar no mês de Agosto, em Évora. Esta iniciativa antecederá a "rentrée", em Portimão, agendada para 23 ou 24 do mesmo mês. Na reunião que decorreu na sede nacional no Largo do Rato após o debate parlamentar sobre o Estado da Nação, a Comissão Política avaliou a actividade política desenvolvida pelo PS nas



últimas semanas.

Segundo o porta-voz do partido, Vieira da Silva, a Universidade de Verão será dedicada ao tema da "governança local, nacional e global", contando com a presença "de personalidades políticas nacionais e internacionais".

Quanto ao comício de Portimão, que abrirá o novo ano político do PS, Vieira da Silva adiantou que "será uma jornada de mobilização" dos militantes do partido.

PARTIDO ORGANIZA UNIVERSIDADE DE VERÃO

O Gabinete de Estudos e a Delegação dos Socialistas no Parlamento Europeu organizam a Universidade de Verão do Partido Socialista, que decorrerá de 19 a 23 de Agosto, em Évora.

Esta é uma iniciativa com pouca tradição entre os socialistas portugueses, mas a sua realização constitui uma oportunidade de debate e reflexão para os militantes e simpatizantes do partido. A edição deste ano tem como objectivo relançar o evento e promover a discussão de um dos principais temas da actualidade: a governação, no plano

local, nacional, europeu e mundial.

Actualmente os Estados-Nação já não possuem instrumentos políticos para responder a todos os problemas dos cidadãos. Quem detém esses instrumentos? A imigração clandestina, o tráfico de droga, a globalização comercial desregulada, o aquecimento do planeta, a violação dos direitos humanos são problemas que necessitam de respostas políticas sólidas. Quem as deve dar, a que nível, e como devem ser dadas? A proposta da Constituição europeia é uma resposta correcta?

A recente crise iraquiana evidenciou que só um país pode impor a sua própria vontade contrariando as normas do direito internacional. Ao evidenciá-lo provocou divisões, mostrou a fragilidade do compromisso europeu na cena internacional e reintroduziu dilemas sobre a nossa segurança comum. Qual a resposta dos socialistas? Haverá lugar para uma resposta dos socialistas? Estas são apenas algumas das questões em debate. Com a confirmação da sua inscrição serão fornecidos documentos e informações complementares.

SUBIDA DE PORTUGAL NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO É MÉRITO DOS GOVERNOS PS

A deputada socialista Maria de Belém Roseira reivindicou para os governos do PS os méritos da subida de Portugal no índice de desenvolvimento humano, sublinhando que se deveu à "política de investimento nas pessoas".

Segundo o relatório de 2003 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com dados referentes a 2001, Portugal subiu cinco lugares no índice de desenvolvimento humano, ocupando agora a 23ª posição entre 175 países.

A ex-ministra da Saúde afirmou que os dados do relatório "são a prova da herança positiva das políticas e do ideário do PS que investiu nas pessoas".

A deputada e dirigente nacional do PS criticou o Governo PSD/PP por "preocupar-se apenas com o crescimento económico". "É possível investir na produção da riqueza e ao mesmo tempo promover a sua distribuição no combate à pobreza", frisou.



ENCONTRO DE DIRIGENTES DA FAUL

DEPRESSÃO DO PAÍS É CULPA DO GOVERNO

António Costa acusou o Governo de "ausência de visão estratégica" e de ter levado a "confiança dos portugueses a um patamar mínimo sem paralelo", responsabilizando-o ainda pelo "estado de depressão e letargia" em que o País se encontra mergulhado.

Por isso, sublinhou o líder da bancada socialista, "é fundamental que o PS esteja mobilizado na procura de uma nova alternativa de Governo, no quadro de uma estratégia política que relance a nossa economia".

Ao intervir durante cerca de uma hora na abertura do encontro de dirigentes da FAUL, que teve lugar no Fórum Lisboa, António Costa teve duras críticas à política económica seguida pelo Governo, acusando a maioria de ter criado "um problema de confiança" ao não cumprir as promessas feitas na campanha eleitoral.

Salientando que "o choque fiscal é exemplar no que respeita ao prometido e o realizado", referiu que em vez de uma redução dos impostos, os portugueses foram confrontados, nomeadamente, com o aumento do IVA e da base de incidência do PEC.

António Costa lembrou a propósito que foram os governos socialistas que fizeram "a maior redução fiscal", baixando, designadamente, o IRC de 36 para 30 por cento e em relação ao IRS "um milhão de famílias de mais baixos recursos deixaram de ser tributadas".

O líder do Grupo Parlamentar do PS mostrou-se ainda preocupado com o aumento "galopante e descontrolado" do desemprego, referindo que quando o PS deixou o Governo "linhámos uma taxa de desemprego que era metade da média europeia".

"Os portugueses não aceitam que o combate ao desemprego não seja a preocupação central da política económica", disse, acrescentando, por outro lado, que "as pessoas constatarem que o objectivo do combate ao défice não está a ser conseguido". É que, recordou, "o défice de 2002 foi superior ao de 2001".

"O que é difícil é uma política de consolidação das finanças públicas sem criar um clima de recessão", sustentou António Costa, que criticou ainda os cortes no investimento público.

Este Governo é inimigo da economia real

Na sua intervenção, António Costa foi ainda particularmente incisivo e irónico em relação à ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, apontando contradições entre o seu passado na oposição e o que defende agora no Governo.

"Em 2001, a senhora deputada Manuela Ferreira Leite condenou a venda da rede fixa da PT pelo Estado, mas a ministra das Finanças, que também se chama Ferreira Leite, mas deve ser prima da outra, já considerou essa venda virtuosa em 2002", disse. O líder parlamentar do PS acusou ainda a ministra das Finanças de preparar mais "uma manigância orçamental" com a integração do fundo de pensões dos CTT na Caixa Geral de Aposentações. "Uma operação que servirá para disfarçar o défice real de Portugal em 2003, da mesma forma como já o disfarçou em 2002", declarou o líder da bancada socialista, após sustentar que "a despesa corrente do Estado aumentou entre 2001 e 2002".

António Costa deixou ainda críticas à forma como o Governo vai concretizar



O novo modelo de quotização foi um dos assuntos abordados no encontro de dirigentes da FAUL

os pagamentos especiais por conta, advertindo que essa medida "terá efeitos desastrosos nas micro e médias empresas" nacionais.

"Nunca houve em Portugal um Governo tão inimigo das empresas e da economia real como este", sustentou o dirigente socialista, antes de avisar que "o País não pode continuar a viver com um desemprego galopante e descontrolado". "O que destrói a confiança dos portugueses é a tentativa do Governo em iludir a realidade, porque todos ficam com a sensação de que o esforço que lhes é pedido não faz sentido",

acrescentou o presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Valor de quota vai manter-se

Neste encontro de dirigentes da FAUL, que teve como lema "A trabalhar para o futuro", o dirigente socialista Vieira da Silva fez uma intervenção centrada na análise de questões de ordem interna e organizativa do partido, tendo defendido "o reforço do trabalho em conjunto" entre o Secretariado Nacional e a FAUL, no quadro de "uma agenda política articulada".

O porta-voz do PS explicou que o novo modelo de quotização tem como objectivos "reforçar a transparência da vida política do PS, ganhando ao mesmo tempo capacidade para consolidar as suas contas de forma irrepreensível, e respeitar o que a lei dispõe quanto às questões financeiras".

Por outro lado, salientou que sendo o PS um partido de militantes, "essa militância é indissociável do esforço financeiro", defendendo por isso que o montante de quotização fixado em dois euros "não deve ser alterado". Relativamente à quota de solidariedade, disse que levará ao Secretariado uma proposta descentralizadora no sentido de que sejam as secções a decidir sobre esta questão.

O responsável pelo pelouro da Organização considerou que o modelo de gestão das quotas "tem problemas e precisa de ter mais eficácia". Neste sentido, afirmou que por iniciativa da Concelhia de Lisboa, está-se a estudar a possibilidade de as quotas "poderem também ser recolhidas pelas secções", no quadro de protocolos celebrados entre estas estruturas e a sede nacional. Quanto à quota complementar, defendeu que deve reverter integralmente para a secção.

Vieira da Silva revelou ainda que na FAUL um em cada quatro militantes já fizeram o pagamento de quotas, "o que é um bom indicador". E salientou que a nível nacional a resposta dos camaradas "tem superado as expectativas".

Por sua vez, Joaquim Raposo, presidente da FAUL, regozijou-se com o "espírito de solidariedade e diálogo" entre a federação, a concelhia e a direcção do PS para resolver o problema das quotas, reafirmando que "quem é nomeado para cargos políticos deve pagar uma quota em consonância, princípio que até agora uns praticam e outros não".

J. C. CASTELO BRANCO

FERRO APELA À MOBILIZAÇÃO

"Apesar de o Governo usar como armas políticas recorrentes o ataque torpe, o ilusionismo e a desonestidade política - por vezes a níveis inaceitáveis em democracia -, os portugueses continuam a olhar para o PS com esperança: é no PS e na sua alternativa que hoje a maioria dos portugueses têm esperança e confiança", sublinhou Ferro Rodrigues numa mensagem escrita enviada ao encontro de dirigentes da FAUL.

É por isso que, segundo o secretário-geral, "o partido tem que saber mobilizar-se para esta luta. Reforçando a sua capacidade de intervenção política e apresentando aos portugueses respostas de renovação, nas propostas, nos métodos, nos objectivos, com ambição e com honestidade". Nesta batalha, adiantou, "a FAUL, os seus dirigentes, os seus militantes, têm, por todas as razões, um papel particularmente fundamental".

Na sua mensagem, lida por Joaquim Raposo, líder da FAUL, Ferro Rodrigues referiu-se ainda ao recente debate do Estado da Nação, salientando que o primeiro-ministro, "contra todas as evidências e recuperando a 'teoria do oásis', recorreu a todo o tipo de manigâncias para escamotear os problemas que o país vive, bem como as suas responsabilidades directas na sua criação".

Referindo que "o país vive hoje um clima de paralisia e os portugueses sentem na pele o desalento, a frustração e o receio pelo futuro", o líder do PS sublinhou que "o Governo, ao invés de reconhecer que, com o seu discurso catastrofista e com as suas medidas erradas e incompetentes no plano económico e no plano social é o principal responsável pelo

estado lastimável em que o país se encontra, recorre ao ilusionismo e fala de um país que não existe".

"Este Governo está à espera do comboio do crescimento europeu. Só que enquanto espera o país parou. E quando o país está parado, a qualidade de vida dos portugueses degrada-se", referiu, acrescentando que "o desemprego, que em 2001 era um dos mais baixos da Europa, está hoje a bater recordes que poucos julgaram possíveis. Mais de cem mil desempregados desde que este Governo tomou posse". Na mensagem, Ferro Rodrigues lamentou ainda não poder estar presente, como era seu desejo, no encontro de dirigentes da FAUL, devido à deslocação a Toronto e Montreal, no Canadá, para contactar com as comunidades portuguesas ali residentes, "num momento em que este gesto assume particular importância".

"Camaradas nossos e líderes nas suas comunidades fizeram-me sentir que esta iniciativa seria importante como forma de dar um sinal claro e firme contra a incompreensão e receios infundados que têm estado associados ao problema da pneumonia atípica", refere.

Neste contexto, o líder do PS afirma-se convicto de que "esta visita contribuirá para levantar o moral dos nossos compatriotas que residem no Canadá e, muito em particular, para atenuar as preocupações que a atitude equívoca do primeiro-ministro, Durão Barroso, ao evitar uma deslocação ao Canadá num momento em que visitou recentemente as comunidades portuguesas da América do Norte, suscitou nas famílias dos nossos emigrantes".

LEI DE BASES DA EDUCAÇÃO

ANA BENAVENTE DENUNCIA AUTISMO DA DIREITA

O PS defende que se dê prioridade orçamental à educação como "condição para que se passe das palavras aos actos e para que a qualidade educativa tenha condições para se realizar num processo participado que é de todos". Esta a ideia central da intervenção que Ana Benavente fez no passado dia 2, na Assembleia da República e em que criticou o facto do debate sobre a nova Lei de Bases do Sistema Educativo ter decorrido no final do ano escolar, em plena época de avaliações e de exames, sem ter sido precedido de uma discussão aprofundada das propostas da oposição e do Governo junto dos parceiros educativos e sociais.

Entrando no debate sobre as propostas em apreciação, a deputada disse que o PS concorda com o incentivo à educação, mas lembrou que a consolidação dos nove anos de escolaridade obrigatória ainda hoje se confronta com dificuldades.

"O abandono escolar de jovens cujas famílias não dão prioridade à escola e o insucesso provocado por uma escola que confunde igualdade com uniformidade e que cria a exclusão dos alunos mais afastados da cultura letrada" são dois obstáculos que persistem, na óptica de Ana Benavente, e devem ser superados antes de mais nada, pois "decretar a obrigatoriedade escolar no papel, é fácil. Criar as condições positivas para a sua efectividade é bem mais difícil".

Ana Benavente disse ainda que os socialistas exigem saber porque razão não se concretiza hoje um mecanismo que está legislado, o da educação e formação profissional para os jovens trabalhadores entre os 16 e os 18 anos.

É que, advertiu, "se ignorarmos a realidade e nos limitarmos ao papel e às palavras, estaremos a fazer um exercício de ignorância que nada de bom trará ao País".

O Partido Socialista, lembrou, considera "necessário garantir, a todos, as competências do actual 9º ano de escolaridade, enriquecer as vias de ensino secundário, reforçar as ligações entre a educação e a formação profissional, certificar a formação e garanti-la a todos os jovens trabalhadores". Quanto à inclusão do terceiro ciclo no ensino secundário prevista no diploma do Executivo, Ana Benavente apontou para o facto de se estarem a estabelecer vias distintas desde o 6º ano, consubstanciando-se uma "orientação/selecção precoce" para a qual exigiu, desde já, a sua definição clara.

Passando de seguida ao que catalogou como "o mais ruidoso silêncio da proposta de lei do Governo", a deputada considerou incompreensível que a situação da educação e formação de adultos "apenas mereça a afirmação do ensino recorrente, cada vez mais sujeito a regras que desvirtuam a sua especificidade para esses públicos".

"Impõe-se assumir a educação e a formação de adultos como um objectivo importantíssimo neste novo diploma", defendeu, frisando ainda a urgência de se proceder a uma certificação de competências adquiridas na vida laboral e social, ao desenvolvimento de respostas integradas de formação profissional, e à abertura das instituições educativas, em todos os graus de ensino, a novos públicos.

Ana Benavente sublinhou ainda que a nova Lei de Bases da Educação não pode ignorar a importância da ciência e da tecnologia, do investimento nestas áreas e do combate ao seu isolamento social.

MR.

JUSTIÇA

PS EXIGE ESCLARECIMENTOS SOBRE REFORMAS PENDENTES

A bancada do PS exige a presença urgente da ministra da Justiça no Parlamento para prestar esclarecimentos sobre os "problemas da administração da justiça" e de algumas das reformas em curso.

Em requerimento entregue, no passado dia 9, na Assembleia da República os socialistas pedem ao Ministério da Justiça para clarificar as linhas de orientação das reformas da acção executiva e do contencioso administrativo, previstas para 15 de Setembro deste ano e Janeiro de 2004, respectivamente. Os parlamentares do GP/PS querem conhecer a situação da rede dos novos tribunais administrativos de círculo e o processo de colocação de magistrados, para poderem "apreciar em tempo útil".

Os deputados acusam Celeste Cardona de, "em face da previsível decisão de não constituição de Tribunais Executivos", dar lugar a "controversos avanços e recuos quanto à extinção de Varas Cíveis, em Lisboa e no Porto, importando o risco de sérios prejuízos no andamento processual das respectivas pendências".

O PS denunciou igualmente o facto de o Governo de não ter apresentado, antes das férias, como prometido, os projectos de revisão do regime de formação de magistrados, do regime jurídico dos Julgados de Paz e do Código de Custas.

ENSINO SUPERIOR

PROPOSTA DE LEI DA AUTONOMIA É OPORTUNIDADE PERDIDA

"Uma oportunidade perdida", assim classificou Augusto Santos Silva a proposta de Lei da Autonomia Universitária e dos Institutos Politécnicos Públicos, apresentada, a semana passada, pelo Governo, na Assembleia da República.

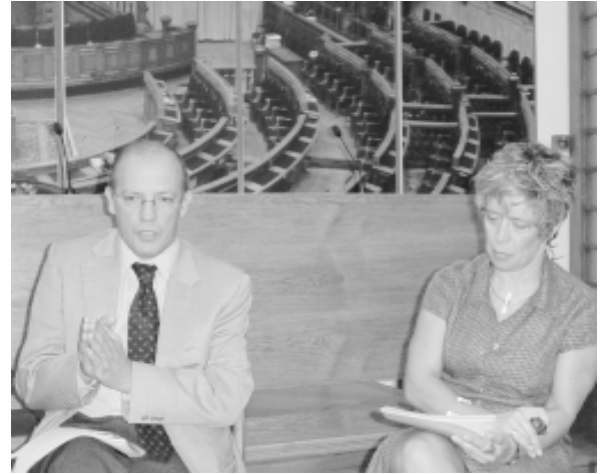
Numa primeira reacção da bancada socialista a esta iniciativa do Executivo, que será discutida só após as férias parlamentares, o ex-ministro da Educação afirmou que o documento avançado pela direita "limita-se apenas a reproduzir considerações de princípios e definições genéricas sobre as diferentes dimensões da autonomia, mas não resolve nenhuma das ambiguidades e dificuldades que hoje se verificam".

Augusto Santos Silva, que falava aos jornalistas, no passado dia 10, explicou que, para os deputados do PS, o recuo em matéria de definição substantiva da autonomia universitária, a concentração excessiva de poderes no reitor ou presidente dos estabelecimentos de ensino superior, a não obrigatoriedade de existência de um órgão colegial de direcção estratégica com representação externa e a redução drástica das competências dos conselhos pedagógicos e, em geral, da participação dos estudantes, são quatro incorrecções da proposta governamental que "podem e devem ser corrigidas".

Na questão relativa ao sistema de governo das instituições, "o PS acompanha a preocupação de aproximar mais o ensino universitário e o ensino politécnico", mas considera que o grau de aproximação contido na proposta governamental é "excessivo, quase implicando a uniformização administrativa dos dois subsistemas", numa altura em que a direcção estratégica dos politécnicos requer maior participação do tecido económico-social. O parlamentar socialista referiu-se igualmente a "discordâncias fundamentais" no que respeita à prevista concentração de poderes na figura do reitor universitário e/ou do presidente do politécnico.

Em matéria de paridade, o ex-ministro frisou que ela foi mantida nos conselhos pedagógicos, como o PS reclamara, mas criticou transferências de poderes fundamentais da alçada do conselho pedagógico para o conselho científico, onde estudantes e funcionários não têm presença.

Assim, o deputado acusou o Executivo de estar a fazer "demagogia pura" quando, ao mesmo tempo que introduz estas alterações, proclama uma maior participação dos estudantes na vida das instituições.



Por outro lado, denunciou Augusto Santos Silva, "há da parte do Governo uma incompreensão absoluta sobre o que é celeridade, produtividade e eficácia no contexto da autonomia das universidades e politécnicos, confundindo tudo isto com concentração de poderes".

"Parece que o modelo que o Executivo ainda não descartou foi o da tirania", acusou, adiantando que, até Setembro, o PS terá tempo de preparar um projecto próprio de autonomia administrativa, financeira e patrimonial do Ensino Superior, a ser apresentado na Assembleia da República.

Regime de financiamento sofre melhoria insuficiente

Na reunião com os jornalistas, em que também participaram as deputadas Isabel Pires de Lima e Manuela Melo, o coordenador parlamentar para as áreas da Ciência, Cultura e Ensino Superior fez também uma apreciação sobre o resultado da discussão na especialidade da nova Lei de Bases do Financiamento das Universidades.

Segundo Santos Silva, "foi possível introduzir várias melhorias na proposta de lei do Governo", aprovada no passado dia 9, que "permitem tornar um pouco mais equilibrado e inteligente o regime de prescrições e diminuir a desigualdade de tratamento do ensino público face ao privado".

Todavia, assinalou, "o diploma mantém três erros essenciais" que passam pelo carácter "excessivo e desproporcionado" do regime de prescrições, uma vez que "obriga à interrupção do trajecto escolar em qualquer estabelecimento durante um ano lectivo e discrimina os estudantes do ensino

público face aos do privado, pois os primeiros são excluídos quer do estabelecimento que frequentam quer de qualquer outro durante um ano, ao passo que os segundos só se forem bolseiros é que sofrem indirectamente uma penalização, podendo em qualquer caso continuar a frequentar os cursos".

Augusto Santos Silva criticou igualmente uma alteração introduzida pela maioria que visa alargar a quaisquer "outras situações a regulamentar pelos órgãos de direcção das instituições" o regime aplicável a trabalhadores-estudantes, por considerar que com ela "se abrem totalmente as portas à satisfação de interesses de nomenclaturas ou até, pura e simplesmente, à desvirtuação do regime de prescrições".

Governo lesa qualidade do Ensino Superior

A terminar, Augusto Santos Silva fez ainda um balanço do ano lectivo 2002/2003 no Ensino Superior, sublinhando que este foi "marcado negativamente" pelo corte nas transferências do Estado para o funcionamento corrente e o investimento das universidades e politécnicos.

"As instituições continuam a alertar para o facto de estar em causa a sua actividade no último trimestre do ano económico, isto é, o arranque do próximo ano lectivo, mas o Governo, até ao momento, nada fez para corrigir a situação", alertou Santos Silva que também responsabilizou o Governo pela posta em causa da autonomia dos estabelecimentos de Ensino Superior com o seu "discurso político de hostilização e suspeita".

MARY RODRIGUES

FERRO NA SIC-NOTÍCIAS

Ferro Rodrigues foi o convidado do programa de economia da SIC-Notícias, "Negócios da Semana", que foi para o ar ontem, à meia-noite. Na entrevista, que hoje é publicada no "Jornal de Negócios, o líder do PS debruça-se sobre a situação económico-financeira do País, reafirmando a sua

preocupação pela actual recessão e pelo aumento do desemprego.

A SIC-Notícias voltará a transmitir a entrevista com o secretário-geral do PS no próximo domingo, às 11.30 horas.

LAMAS DE SANTO ANDRÉ

ATERRO É SOLUÇÃO ERRADA E ILEGAL

O passivo ambiental em virtude da inacção do Governo neste sector é bem patente na situação que se verifica em pleno litoral alentejano, onde 300 toneladas de lamas oleosas continuam a expelir o seu cheiro nauseabundo, espalhadas ao longo de quatro hectares de terreno a céu aberto, e a pôr em risco a saúde pública.

Uma delegação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista visitou, no passado dia 2, a localidade de Santo André, onde é depositada, há cerca de três décadas, uma parte substancial de resíduos industriais dos mais perigosos que Portugal produz, uma vez que a sua composição inclui hidrocarbonetos, enxofre e metais pesados oriundos do complexo industrial de Sines.

António Costa, José Sócrates, Elisa Ferreira, Maria Santos e Pedro Silva Pereira denunciaram, perante os jornalistas, o "fracasso total" da política ambiental do Governo e a "total irresponsabilidade" deste ao "abandonar" a co-incineração.

No local, 16 são as lagoas com resíduos industriais perigosos que continuam à espera de uma resposta eficaz, segura e legal por parte da tutela, mas esta não chega.

O ex-ministro do Ambiente José Sócrates considerou que, ao acabar com a co-incineração, o actual Executivo está a tomar decisões "absoluta-



O abandono da co-incineração é irresponsabilidade ambiental

mente incorrectas do ponto de vista ambiental".

"O resultado é este. É o abandono. Estes resíduos vão ficar aqui", comentou Sócrates, apontando para uma das lagoas onde estão os resíduos provenientes da Petroquímica e da Refinaria de Sines, ao mesmo tempo que alertava para as consequências negativas que a contaminação das águas subterrâneas e dos solos terão para a saúde das populações.

Recorde-se que o anterior Governo socialista tinha decidido queimar nas

cimenteiras os resíduos existentes a céu aberto em Sines, reutilizando-os como combustíveis.

Com o fim da co-incineração, o actual Executivo de direita decidiu que estes lixos perigosos serão enterrados no próprio local.

Em Fevereiro deste ano o secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins, prometeu no Parlamento, até finais de Junho, um consórcio público para a concessão de um centro que irá confinar os resíduos de Sines. Mas, os socialistas garantem que esta solução é

"um erro ambiental" e acusam o Governo de estar a ir contra leis europeias.

"A directiva comunitária sobre aterros determina que este tipo de resíduos industriais perigosos, com muita componente orgânica, devem ser submetidos a uma solução térmica", explicou o ex-ministro do Ambiente, José Sócrates.

Também o antigo secretário de Estado de Conservação da Natureza, Pedro Silva Pereira, reforçou a ideia de ilegalidade do confinamento deste lixo e recordou que a co-incineração teria resolvido grande parte do problema ambiental de Sines.

Entretanto, 15 meses depois da chegada da direita ao poder, não só a proposta socialista foi rejeitada, como a solução defendida pelo PSD ao longo de anos, a da incineração dedicada, parece não querer avançar, constituindo "um atraso gravíssimo nas políticas de preservação ambiental em Portugal", frisou Silva Pereira.

Segundo os especialistas, se o tratamento de resíduos nas cimenteiras tivesse avançado, já cerca de 60 mil toneladas das lamas de Sines teriam sido queimadas. Aliás, estes mesmos lixos chegaram a ser utilizados para os primeiros testes para a co-incineração realizados em 2000, que tiveram resultados "muito positivos", conforme lembrou Sócrates

Presente no local, o administrador delegado das águas de Santo André, Miguel Judas, disse ainda não ter recebido qualquer orientação do Ministério do Ambiente quanto à resolução do problema.

"Este problema é responsabilidade do Estado. Esperamos que haja uma definição e iniciativas para o resolver. Até ao momento não temos nenhuma orientação. Só as notícias que saem na Imprensa", afirmou este responsável.

A responsabilidade dos autarcas

À margem da visita aos resíduos industriais perigosos de Santo André, o chefe de gabinete da bancada socialista chamou a atenção para o silêncio reinante nas câmaras de Sines e Santiago do Cacém relativamente à inacção do Executivo nesta matéria.

Alexandre Rosa considerou curioso o facto de os responsáveis por estas duas autarquias permanecerem surdos e mudos perante a "não-decisão" da tutela, contrastando com as manifestações de descontentamento que promoveram aquando do processo de preparação de uma boa solução para o tratamento destes lixos (co-incineração) que os municípios querem ver sair do seu conselho.

MARY RODRIGUES

CÓDIGO DO TRABALHO

DIREITA DESRESPEITA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

A maioria parlamentar de direita assumiu uma atitude de "enorme desrespeito" pela Presidência da República e pelo Tribunal Constitucional, ao ignorar, nas propostas de alteração do Código do Trabalho, algumas inconstitucionalidades previamente apontadas.

A denúncia foi feita, no passado dia 10, pelo deputado socialista Rui Cunha, numa conferência de Imprensa, realizada na Assembleia da República, onde também

participaram os parlamentares Vieira da Silva e Custódia Fernandes.

O ex-secretário de Estado do Trabalho e da Solidariedade para além de criticar severamente o que descreveu como "um comportamento indecoroso perante decisões que devem ser respeitadas", adiantou ainda que se as bancadas do PSD e do PP não alterarem as regras inconstitucionais e insistirem em introduzir elementos novos, o PS votará contra o

novo código laboral.

É que, "apesar de corrigidas dois dias depois de entregue uma primeira versão, as propostas de expurgo das inconstitucionalidades são reveladoras de um enorme desrespeito pelo funcionamento das instituições do Estado de Direito democrático", reafirmou Rui Cunha, apontando para a violação "frontal" do acórdão do TC no que diz respeito, nomeadamente, à "cláusula da paz

social", que "mais não é do que a introdução de limitações ao direito à greve". Por outro lado, o deputado do GP/PS reconheceu que há propostas de expurgo que devem ser consideradas, mas, sublinhou que, na generalidade, são insuficientes e, em casos particulares, visam fazer passar normas que nem sequer foram sujeitas a debate.

"O PSD e o PP misturam as propostas de expurgo das inconstitucionalidades

com um vasto rol de outras propostas de correcção de defeitos formais do Código (12 casos) e com um conjunto de alterações substanciais deste diploma que respeitam a matérias que nunca foram apresentadas durante o processo legislativo e, por maioria de razão, nem sequer foram discutidas (sete casos)", denunciou Rui Cunha, para quem esta sucessão de improvisos, atropelos e trapalhadas da direita "já cansa".

Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

À Direcção do Acção Socialista:

Desejamos receber apenas exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____

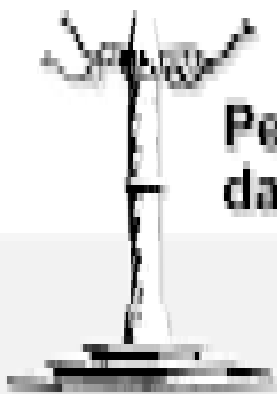
Nome: _____ Militante nº: _____

Nome: _____ Militante nº: _____



Acção
Socialista





Pelourinho da República

VAMOS AO DEBATE!

AUGUSTO SANTOS SILVA

No "Expresso" de sábado passado, Jaime Gama declarou que o "PS adora o debate excepto quando ele se realiza". É mais uma das suas frases certeiras. É isso o que, infelizmente, ocorre demasiadas vezes entre nós.

Não basta, porém, lamentarmos. Se achamos que é isto o que acontece, e que isto está mal, então o nosso dever é procurar corrigi-lo. E o "Acção Socialista", como órgão oficial do Partido, tem de ser o primeiro a dar o exemplo. Daí a abertura de mais esta secção do jornal, a que decidimos chamar "Polémica", para acentuar que o debate deve ser franco, livre e enérgico. Não será inadequado que ela comece com um artigo do director – não, evidentemente, com o estatuto de editorial, que deve exprimir posições consolidadas na redacção do jornal, e por aí, indirectamente, na direcção do PS, mas com o simples estatuto de artigo de opinião, que só obriga o seu autor.

Nada melhor também do que escolher para primeiro tema de polémica a própria natureza do debate interno num grande partido democrático, como é o nosso.

Primeira tese que quero sujeitar à apreciação polémica e à contra-argumentação de quem entender fazê-lo: *o debate político deve ser uma característica permanente do PS e deve fazer-se quer na organização partidária quer nos diferentes instrumentos de relacionamento do partido com a sociedade civil, bem como, em geral, nos diferentes espaços públicos disponíveis, em particular nos meios de comunicação social.*

Não deve haver nenhuma espécie de limitação à expressão de opiniões no interior e para o exterior do PS.

Segunda tese: *o debate político deve ser organizado, para poder enriquecer o processo de definição programática e de tomada de decisão no PS. A revisão dos estatutos abriu possibilidades que não estão totalmente exploradas, mas devem sê-lo. Destaco três: mais força e maior regularidade de funcionamento dos órgãos colegiais de direcção política; valorização das secções temáticas; criação dos clubes de política.*

Os clubes são canais privilegiados de reflexão e discussão ideológico-política, incentivando a participação de militantes, aderentes e não filiados, e podem ser livremente constituídos por quem o entender, sobre os temas que entender. A única condição necessária é simples: os clubes não servem para organizar facções ou grupos, não servem, por exemplo, para fidelizar os apoiantes de candidaturas derrotadas em eleições internas ou preparar candidaturas a futuras eleições. A co-existência de secções de residência, acção sectorial e temáticas permite mais flexibilidade e liberdade de integração e, portanto, maior diversidade nos métodos de trabalho e acção política. O reforço das comissões nacional e política aumenta e dignifica a participação colectiva nas opções políticas do Partido.

A terceira tese é que *a organização do debate interno se deve orientar por três princípios: adequação temporal; direito à dissidência; compromisso na divulgação e defesa da linha do Partido, nas questões em cada momento relevantes.*

O debate (aplaudo de novo Jaime Gama) tem tempos próprios. O tempo óptimo é aquele em que, nos gabinetes de estudos, nas assembleias de militantes, nas federações, nas comissões nacionais, na imprensa do partido (e, evidentemente, nos meios de comunicação social, nos clubes, no contacto com a sociedade civil, no relacionamento com os grupos de interesses e os movimentos sociais) se definem os problemas e se preparam as opções doutrinárias. Não faz nenhum sentido que dirigentes do PS se mantenham tranquilamente quedos e mudos quando se discutem as questões (a limitação dos mandatos, os círculos uninominais, a guerra no Iraque, etc., etc., etc.), para virem a manifestar-se contra as opções do Partido depois de as decisões serem tomadas. O que prejudica o PS não é que falem, mas sim

que estejam calados no momento próprio e só falem quando e onde sabem que a discordância pública pode trazer (tantas vezes ao mesmo tempo!) protagonismo a eles próprios e debilidade à expressão pública da linha partidária.

O direito à dissidência é sagrado. Num partido plural e democrático, eu, vencido na preparação de uma tomada de posição e na realização de uma escolha política, devo ter o direito de permanecer na minha posição e responder publicamente por ela. O silenciamento nem é legítimo nem é, a prazo, eficaz. Quem não quer que o PS dialogue com os movimentos sociais deve poder dizê-lo sempre que quiser. O que não pode é ignorar a sua obrigação de aceitar a legitimidade da posição que foi tomada, pela direcção política ou pelo congresso do Partido. Naturalmente, isto é bem diferente de fazer da dissidência estrondosa o modo de vida, ganhando projecção nos "media" à custa de denegrir e contrariar sistematicamente o PS. Quem o faz é, na minha opinião, um oportunista.

Faz parte das responsabilidades inerentes a pessoas que voluntariamente aceitam fazer parte de uma associação colectiva conhecer, respeitar e divulgar as posições institucionais dessa associação. A disciplina partidária tem aqui evidente pertinência. Esta responsabilidade é especialmente óbvia no caso dos dirigentes do Partido e designadamente nos membros da Comissão Política Nacional.

Infelizmente, nem todos percebemos ainda que uma das mudanças principais introduzidas no último Congresso foi a clarificação do Secretariado Nacional como órgão executivo, da estrita confiança do secretário-geral e a devolução à Comissão Política Nacional do papel de direcção política. Só assim se percebe que distintos membros da Comissão caíam na situação caricata de se demarcarem publicamente da "direcção do Partido", como se não pertencessem a ela e se não fossem co-responsáveis pelas suas (boas ou más) decisões.

Depois, o Partido, seja ao nível nacional, seja ao nível distrital, seja nas autarquias, seja no Parlamento, está organizado. Quando, como bem fez José Lello, se reclama "mais dinâmica na oposição", é preciso perceber que este imperativo se estende a todos os responsáveis políticos do Partido, nas diferentes áreas de que são responsáveis. Tomemos o meu caso pessoal: sou coordenador parlamentar e do gabinete de estudos para as áreas da cultura, da ciência e do ensino superior. Faria algum sentido pedir mais dinamismo nestas áreas se não a mim próprio? Ou terei alguma legitimidade para reclamar mais dinamismo de camaradas meus, responsáveis por outras áreas, se estiver dormente e inactivo naquelas de que sou responsável?

Quarta e última tese: *a opinião exprime-se com argumentos e tem autor. É por ser argumentação assinada que se distingue da intriga.* Tomemos o ponto controverso da participação do PS no Fórum Social Português. Adianta alguma coisa para a substância do debate dizer umas quantas graças de gosto mais do que discutiível sobre a "esquerda folclórica e festiva"? Só é possível discutir com base em ideias e em argumentos. Só assim podemos perceber as posições uns dos outros, confrontar as nossas opiniões e chegarmos a uma posição melhor. (Vamos fazer isto a propósito do relacionamento entre os partidos e os movimentos sociais, a propósito do relacionamento entre o PS e a restante esquerda, a outro propósito relevante? O "Acção Socialista" está aberto ao debate!)

Finalmente, não há opinião sem autor. Uma coisa é os membros do PS terem ideias, apresentarem propostas, formularem críticas, denunciarem erros. O PS precisa deles. Outra coisa é "fontes anónimas" especializarem-se na reprodução selectiva para jornais devidamente seleccionados do conteúdo das reuniões internas, e/ou em comentários depreciativos sobre a linha ou a liderança do Partido, ou o comportamento deste ou daquele dirigente. O PS não precisa dessas "fontes", porque o PS não precisa da cobardia.

«Não me dei bem com os conhecidos. E tenho que assumir isso.»

Manuel Monteiro
Visão, 10 de Julho

«A Manuela Moura Guedes [risos]. É verdade.»

idem

«Atacarei Paulo Portas politicamente, como a qualquer outro, mas não sou obcecado por ninguém em Portugal, e, se o fosse, não seria seguramente por esse [grande gargalhada].»

idem

«Há uma aliança tácita entre Pedro Santana Lopes e Paulo Portas que, a seu tempo, se perceberá... Durão Barroso, um dia, também perceberá isso. É o elemento útil, enquanto for.»

idem

«Quer melhor exemplo da vingança soviética que um senhor em Bruxelas a dizer quantos litros de leite a vaquinha dos Açores tem de produzir?»

idem

«Guterres naquela altura era visto como Jesus Cristo na terra.»

Marcelo Rebelo de Sousa sobre o momento em que chegou à liderança do PSD
Focuz, 2 de Julho

«Não sou uma pessoa maquiavélica (...) Em vida ninguém respeita ninguém por admiração, só por medo.»

idem

«Ele dizia coisas completamente sem sentido (...), mas eu tinha admiração por ele.»

Santana Lopes sobre Durão Barroso nos tempos da Faculdade
DNA, 28 de Junho

«Circulou nos corredores da Assembleia uma versão inicial do parecer da Associação de Oficiais das Forças Armadas que apelidava Cunha Rodrigues de "Papa" e questionava sobre os deputados: "E se fossem para a p...»

Pedro Sousa Tavares, jornalista
24horas, 5 de Julho

«O documento é excelente e dá pistas sobre as alterações que vão ser introduzidas.»

João Rebelo, Deputado do CDS, sobre o referido parecer
idem

«Senhor Schulz, eu sei que há em Itália um produtor que está a filmar sobre campos de concentração nazi. Eu gostava de lhe sugerir o papel de 'Kapo'. Seria perfeito.»

Silvio Berlusconi dirigindo-se a um deputado do SPD no Parlamento Europeu

«Há uma evidente, quase explícita vontade de censura. Há gente que muito mais do que irritar-se com o que eu digo, irrita-se por eu o poder dizer. Há muita gente, demasiada gente, que não gosta mesmo da liberdade, que se dá mal com a liberdade.»

Pacheco Pereira depois das críticas que recebeu por justificar as declarações de Berlusconi
abrupto.blogspot.com

«O Pacheco, vá mas é blogar!»

José Magalhães
TSF, 29 de Junho

REFORMA DO NOTARIADO

GP/PS CONTRA DUPLO CONTROLO

"A desburocratização da sociedade e a competitividade da economia portuguesa não ficarão presas aos interesses corporativos que a actual maioria serve". Esta a promessa assumida, no passado dia 4, na Assembleia da República, pela bancada do Partido Socialista, que assim protestava contra a rejeição na especialidade, por parte do PSD e do PP, do seu projecto de modernização dos serviços de registo e notariado, enquadrado na reforma do Estado. Numa declaração de voto, lida em plenário pelo líder da bancada António Costa na sequência da aprovação da autorização legislativa que permite ao Governo privatizar os serviços de notariado, os deputados do PS acusam a maioria parlamentar de direita de ter recusado "incoerentemente" a criação de

um Registo Público de Pessoas e Bens (RPPB), "um serviço da sociedade de informação, assente na progressiva desmaterialização dos actos, concebido como uma base de dados central, de acesso descentralizado pela Internet a todos os interessados", num momento em que o Executivo enuncia a sua adesão a tais objectivos no quadro dos anunciados Planos de Acção para o Governo Electrónico.

"Proclamam planos, recusam acção", denunciaram os socialistas, que não reconhecem a manutenção do duplo controlo por notário e conservador (o primeiro celebra a escritura de transacção de bens, o segundo regista-a, repelindo a fiscalização da legalidade). Considerando que "a mera privatização do notariado não melhora nada na

perspectiva do cidadão e das empresas, que continuam a sujeitos à mesma burocracia", os deputados socialistas apontaram como única novidade trazida pela lei aprovada pela maioria os custos dos actos acrescidos de 19 por cento de IVA.

A Lei, afirmaram em declaração de voto, "tem mesmo o despudor de privar o cidadão e as empresas dos benefícios da concorrência, conserva o monopólio legal, introduz *numerus clausus* no acesso à profissão e impõe a delimitação territorial da competência, propondo ainda tabelar os actos".

Para os parlamentares do PS, "esta não é uma reforma ao serviço da cidadania e do desenvolvimento" é uma manobra "ao serviço de mesquinhos interesses corporativos".

M.R.

COIMBRA

DEPUTADOS QUESTIONAM MEIOS DE SEGURANÇA NO DISTRITO

Os deputados do Partido Socialista eleitos por Coimbra entregaram um requerimento na Mesa da Assembleia da República a questionar o Governo sobre quais os meios que estão ao dispor da PSP da Figueira da Foz.

A iniciativa dos deputados Vítor Batista e Fausto Correia surge na sequência de reuniões que mantiveram com o governador civil de Coimbra e com empresários de bares e discotecas da Figueira da Foz

sobre questões de segurança.

Os parlamentares socialistas pretendem ser elucidados "com urgência" acerca do número de agentes e chefias da PSP actualmente existentes na Figueira da Foz, em comparação com Maio de 2002, altura em que entrou em funções o novo Governo.

O número de viaturas de patrulhamento nocturno existentes agora e antes daquela data, o número de rusgas efectuadas nos

últimos 12 meses e a evolução da criminalidade participada à PSP nos últimos oito anos, são outras questões que os socialistas querem ver esclarecidas.

No documento, os deputados questionam ainda o Executivo acerca das causas "subjacentes à alteração de permanência na Figueira da Foz de elementos do Corpo de Intervenção da PSP", que, actualmente, reforçam ao fim-de-semana o patrulhamento da cidade.

ALGARVE

INSEGURANÇA EM QUARTEIRA PREOCUPA JAMILA

A notícia publicada no "Diário de Notícias", de 3 de Julho, sobre a proliferação de fórmulas de criminalidade que estão a causar alarme e mesmo "terror" nos cidadãos da cidade de Quarteira, esteve na origem de um requerimento apresentado na mesa da Assembleia da República pela deputada socialista Jamila Madeira.

No documento dirigido ao ministro da Administração Interna, no dia imediato à publicação da notícia no DN, a deputada socialista pergunta se o Governo tem conhecimento dos factos relatados no matutino e quais as medidas que foram tomadas no sentido de restaurar a segurança dos habitantes da cidade de Quarteira.

Jamila Madeira quer também saber se está prevista a melhoria das condições de trabalho e operacionalidade da GNR de Quarteira, bem como o aumento de efectivos.

No requerimento, a deputada do PS pergunta ainda se há perspectivas de um novo quartel para esta força de segurança.

Deputados do PS contra retirada de centros móveis

Entretanto, num outro requerimento, Jamila Madeira, Luis Carito, José Apolinário e Sónia Fertuzinhos questionam o Governo sobre a retirada ao Algarve dos centros de atendimento móveis a toxicodependentes, conforme notícia vinda a

público no "Expresso" de 28 de Junho.

No requerimento dirigido ao ministro da Saúde e ao presidente do Instituto da Droga e Toxicodependência, os deputados querem saber se o Governo confirma os factos relatados na notícia e que medidas foram tomadas no sentido de regularizar esta situação.

Considerando que as unidades móveis foram alvo de candidaturas a fundos comunitários, os deputados perguntam se o Governo analisou as consequências que podem advir desta medida, nomeadamente o facto de as candidaturas virem a ser canceladas e o Instituto da Droga ter de devolver as verbas comunitárias que foram aprovadas para estes equipamentos.

GUARDA

PS ALERTA PARA PARTIDARIZAÇÃO DO PNAI

Os deputados Fernando Cabral, Vieira da Silva e Pina Moura denunciaram o que consideram ser "uma situação demonstrativa da partidarização e parcialidade com que hoje actuam muitos dos responsáveis dos serviços desconcentrados da Administração Pública".

Num requerimento entregue, no passado dia 3, na Assembleia da República, os parlamentares do PS criticaram fortemente o facto de a deputada do PSD Ana Manso

ter moderado, na Guarda, uma sessão de trabalho sobre o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), sendo ela presidente da federação laranja.

Acréscimo destacar que a reunião em causa foi promovida pelo Centro Distrital da Solidariedade e Segurança Social da Guarda, cujo responsável máximo é também vice-presidente da mesma estrutura partidária.

Assim, os deputados socialistas exigem

uma explicação por parte do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, que coordena o PNAI, questionando-o sobre as razões e os critérios que levaram à escolha de uma parlamentar do PSD para moderar o *workshop* sobre o PNAI que, segundo recordaram, é um projecto que "não merece situações de promiscuidade política" porque, caso contrário, "deixará de ser um programa para a inclusão e passará a sê-lo para a exclusão".

NOVOS MUNICÍPIOS

PS AGUARDA VETO DE SAMPAIO

O Partido Socialista espera que Jorge Sampaio não promulgue as alterações à lei-quadro dos municípios, actuando assim "de acordo com a sua consciência" e com as declarações que tem vindo a proferir a propósito deste tema.

"Não queremos pressionar o Presidente da República, mas todos os sinais que tem dado apontam nesse sentido [da não promulgação da lei]", afirmou o deputado do PS António Galamba.

Recorde-se que, sem se referir explicitamente à criação dos dois novos municípios de Fátima e Canas de Senhorim, o Presidente da República confessou, no passado dia 8, na Figueira da Foz, a sua "perplexidade e inquietação política" face à ausência de discussão em torno da criação de novos concelhos, apelando a uma discussão alargada sobre o ordenamento do território.

"Estas declarações são consequentes com os sucessivos apelos que Jorge Sampaio tem feito", frisou Galamba, recordando uma mensagem enviada pelo chefe de Estado ao Parlamento, em 1998, sobre esta matéria.

O deputado socialista acusou ainda a coligação PSD/CDS-PP de ter aberto a porta "à liberalização total da criação de municípios", envolvendo a Assembleia da República numa "trapalhada legislativa".

"Com as alterações introduzidas à lei-quadro, basta invocar razões históricas ou culturais para qualquer freguesia justificar a elevação a concelho", explicou.

O voto favorável da bancada socialista para a elevação de Fátima a concelho foi uma decisão que, segundo Galamba, se justificou pelo facto de "o consenso parlamentar já estar quebrado" e de este "ser o único caso que reunia parecer positivo de todos os órgãos autárquicos".

O GP/PS acusou recentemente a maioria PSD/PP de criar dois novos municípios, Fátima e Canas de Senhorim, sem os enquadrar na lei actualmente em vigor, uma vez que não obedecem aos critérios da legislação actual, integrando-se, isso sim, nos requisitos de uma alteração legal que ainda não foi aprovada.

Por outro lado, "o projecto não mereceu o consenso dos órgãos autárquicos, nem a emissão do relatório do Governo sobre o cumprimento dos requisitos da lei e a sua viabilidade económica", acrescentou António Galamba, referindo-se a uma carta enviada pelo secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas, na qual o governante informou o Parlamento de que o relatório referente à constituição do município de Fátima "se encontra em fase de conclusão".

"Quanto aos demais projectos, não é possível disponibilizar os relatórios até ao final da presente sessão legislativa", acrescentou Relvas na referida missiva.

Razão para que Galamba, em nome do PS, tenha desafiado o Executivo a elaborar os referidos documentos, referentes aos casos de Samora Correia, Esmoriz e Sacavém, até Setembro.

"Sem truques, nem subterfúgios, esperamos que o Governo possa revelar um outro sentido de Estado que não evidenciou neste processo", concluiu.



VIEIRA DA SILVA

ENRIQUECER A DEMOCRACIA INTERNA

É com espírito de missão que encara as funções de secretário nacional da Organização, pelouro para que foi “mobilizado em circunstâncias particulares”, e para o qual pretende trabalhar com o objectivo de tornar a democracia interna o mais rica possível. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Vieira da Silva sublinha que, apesar dos momentos difíceis dos últimos meses, o PS foi capaz de manter uma intensa actividade partidária, explica as vantagens da realização dos secretariados nacionais descentralizados e apela à mobilização do partido para o novo ciclo eleitoral que se iniciará em 2004.

«O PS é um partido que aspira sempre a ter a maior expressão eleitoral possível e a ganhar as eleições, mas não deixa de ser um partido de militantes», destaca ainda o secretário nacional para a Organização.

O novo sistema de quotas tem merecido críticas por parte de alguns militantes. Qual é a ideia que está por detrás do modelo em vigor?

O novo regulamento de quotização, que concretiza decisões do último Congresso e da Comissão Nacional, tem fundamentalmente três grandes objectivos.

Por um lado, revalorizar o papel das quotas como um dos instrumentos de financiamento da actividade partidária. O PS é um partido de militantes, que aspira sempre a ter a maior expressão eleitoral possível e ganhar as eleições, mas não deixa de ser um partido de militantes. Também por isso tem sentido que a contribuição financeira regular dos militantes seja um dos instrumentos importantes de financiamento das actividades do PS. O segundo objectivo é assegurar, do ponto de vista contabilístico, uma completa adequação do nosso sistema às exigências da lei. Para que a Lei de Financiamento dos Partidos seja plenamente respeitada, como é nosso timbre, torna-se necessária a centralização da informação sobre a quotização, criando as condições para uma gestão uniforme, relativamente a todas as organizações do Partido.

Finalmente, a modernização dos processos. A utilização de meios mais modernos de pagamento através da utilização do multibanco é uma forma de facilitar o processo de consolidação contabilístico e de organização das finanças do Partido Socialista.

Quais têm sido as questões mais frequentes relativamente ao novo modelo de pagamento?

Algumas questões surgidas são pertinentes. Algumas são transitórias, derivam de um período natural de adaptação ao novo modelo, que requer uma aprendizagem. As dúvidas mais relevantes têm a ver com a utilização privilegiada ou quase única do mecanismo bancário para pagamento das quotas.

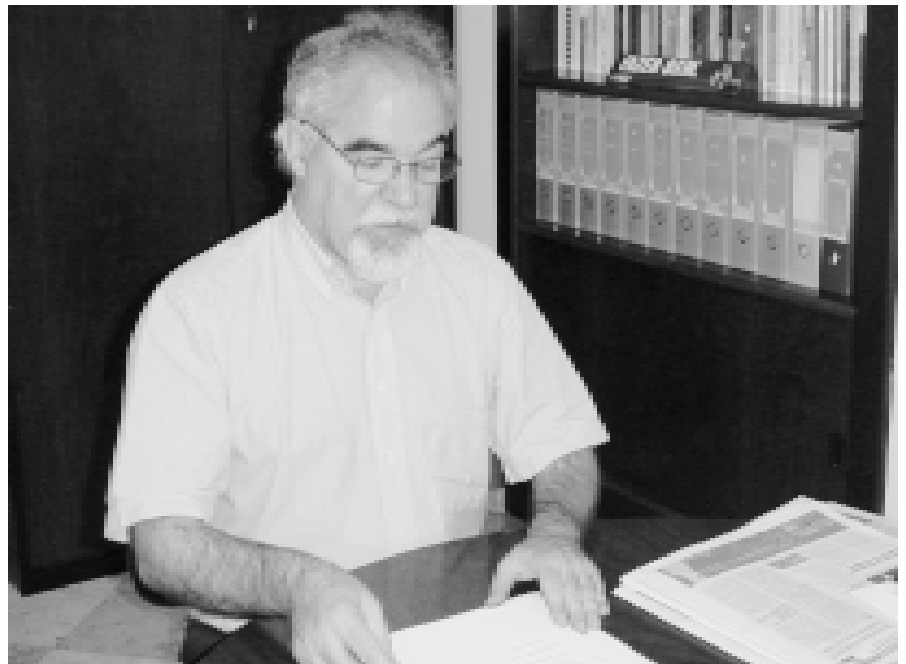
Por que houve algumas dúvidas no que respeita ao multibanco, está este meio disponível para que a qualquer momento os militantes possam pagar as suas quotas?

O multibanco irá, em breve, passar a estar disponível em permanência, até para acolher os novos militantes que, para pagarem as suas quotas, quando aderem, terão esse meio muito prático.

Se um militante não puder pagar a sua quota, o Partido tem que avaliar a situação

Mas a utilização exclusiva do sistema bancário não é um passo muito fácil. O PS é um grande partido, tem militantes em todos os concelhos do País, tem secções espalhadas por todos os distritos, em zonas rurais, em zonas urbanas, e apesar do facto dos meios de pagamento electrónico ser uma realidade muito generalizada em Portugal, sempre há militantes que não têm o hábito de fazer os seus pagamentos através do multibanco. Há aqui, portanto, um processo de aprendizagem que levanta alguns problemas. E, depois, também a centralização levanta sempre algumas resistências por parte das secções. Não é fácil montar um sistema que garanta que a quotização, que é uma receita fundamental para o funcionamento das secções - é para isso que ela se destina -, se processe de modo centralizado e permita depois o retorno rápido às secções. Mas estamos apostados em consegui-lo.

Estamos a aperfeiçoar o sistema, esse retorno para as secções já está a



acontecer, mas também estamos a encarar a possibilidade de estabelecer formas de trabalho conjuntas entre as direcções das secções e das concelhias e a sede para que, naqueles casos em que isso se justifique, as secções possam ter um papel no facilitar e acelerar do processo da recolha de quotas e da plena disponibilização do valor das quotizações para as secções.

As quotas de solidariedade têm sido muito requeridas?

Têm alguma expressão. Ainda é cedo para fazermos esse balanço. O Partido Socialista é um partido popular e no momento de crise económica que infelizmente estamos a viver, há camaradas que contribuem para o partido com uma quota reduzida. Ao fazê-lo são eles até que estão a mostrar solidariedade para com o partido, quando estão numa situação pessoal difícil.

No caso de um camarada não efectuar o pagamento da sua quota dentro dos prazos definidos, o que lhe acontece na esfera dos seus direitos partidários?

A quotização é uma obrigação dos militantes. Obviamente que quem recuse o pagamento sistemático das quotas perde o direito de militância, se bem que isso tenha a ver fundamentalmente com recusas infundadas. Se há um militante socialista que de todo não tenha a possibilidade de cumprir a sua quotização, o partido tem que avaliar essa situação.

Outro facto relacionado com o novo modelo de quotização, é a oferta da assinatura do “Acção Socialista”. Acho que foi um progresso importante na vida do partido e na ligação com todos os militantes. Há muitos camaradas que o reconhecem, e mo dizem. Ainda há um caminho a fazer até que as pessoas se habituem a ter este elo permanente de informação da actividade do partido, mas o “Acção Socialista” é uma contrapartida importante das quotas.

Qual a razão de ser e o balanço que faz dos três secretariados nacionais descentralizados, já realizados?

Este trabalho conjunto do Secretariado Nacional com os secretariados federativos permitiu-nos em poucas semanas, um contacto muito directo e muito rico com as realidades políticas e sociais das regiões de Leiria, de Bragança e, mais recentemente, do

conseguido nessas iniciativas, que o secretário-geral no discurso do estado da Nação utilizou exemplos retirados da experiência que tínhamos acabado de viver em visitas aos distritos.

Finalmente, este trabalho em conjunto, que pode ser sempre aperfeiçoado, tem permitido desenvolvermos simultaneamente, nos locais visitados, reuniões com militantes, com estruturas concelhias, contactos com as populações, com unidades empresariais, com instituições de natureza social. Isso também é para nós algo extremamente importante. É uma forma de contactarmos com os eleitores, com o cidadão anónimo e mantermos e reforçarmos os laços, que são laços muito fortes, entre o Partido Socialista e a população portuguesa.

O PS decidiu este ano fazer a sua rentrée em Portimão. Quais as razões que levaram a que voltássemos de novo ao Algarve?

As razões são múltiplas. Pretendemos marcar simbolicamente o início do ano político em diferentes pontos do país. Nos últimos anos temos estado mais a norte, nalguns casos bem no interior. Agora considerou-se que valia a pena voltar a terras do sul.

É a primeira reentree, após a conclusão da rede de auto-estradas a sul, que foi um avanço muito significativo na acessibilidade a esta região e que resulta da iniciativa, da vontade e da capacidade de concretização dos governos do Partido Socialista.

Infelizmente os algarvios viram aberto o último troço da chamada Via do Infante sem terem direito a um mínimo de cerimónia comemorativa desse acontecimento importante para o Algarve. Quem não foi lá, lá saberá porque. É caso para dizer, só eles sabem porque ficaram em casa.

Como estamos em termos das comemorações dos 30 anos do PS? O Partido Socialista quis que as comemorações dos seus 30 anos não

A conclusão das auto-estradas a sul deve-se à capacidade de concretização dos governos do PS

Porto.

A iniciativa das reuniões descentralizadas do secretariado nacional visa reforçar a proximidade entre os órgãos do PS que têm responsabilidades executivas a nível nacional e a nível distrital, permitindo que ambos ganhem.

Talvez o ganho maior seja ao nível nacional porque ficamos a conhecer melhor os problemas, as expectativas, a forma como as direcções vêem o andamento da vida política, económica e social, e também a vida partidária. Há aqui um ganho importante de ligação com a realidade do partido por parte do secretariado nacional.

Mas há também mais-valias importantes ao nível das estruturas federativas. As reuniões descentralizadas do Secretariado Nacional têm criado a oportunidade de dar maior visibilidade à actividade partidária nos distritos e de chamar a atenção para os problemas que o País tem em cada um dos distritos. Foi de tal maneira frutuoso o trabalho de identificação de problemas



se limitassem às efemérides da nossa história e sublinhassem a ligação dos 30 anos do PS, em 2003, com os 30 anos da revolução de 25 de Abril, em 2004. Há um conjunto de actividades que já foram desenvolvidas e, depois do Verão, iniciaremos outro conjunto de iniciativas, seja de natureza editorial, seja no sentido da abertura do partido à sociedade, de um programa de animação da nossa sede nacional, até à realização de encontros em diferentes pontos do País.

As alterações estatutárias vieram permitir a constituição de clubes de política, de cibersecções e secções temáticas. Qual o balanço que já é possível fazer em relação a estas novas formas de organização e participação na vida do partido?

O balanço é necessariamente preliminar. Passaram meia dúzia de meses, se tanto, desde que essas novas possibilidades foram consagradas e postas em vigor em termos estatutários.

O que me parece importante é que essas iniciativas sejam coerentes com o objectivo para o qual foram criadas. As novas formas de participação destinam-se a abrir mais o partido ao exterior e alargar a influência e a capacidade de reflexão do PS.

As novas formas de organização foram concebidas para acrescentar a nossa capacidade de intervenção política, não são instrumentos alternativos. Se fossem não ajudariam o partido. Após esta fase em que estamos a testá-los, a inventá-los de alguma forma, os clubes, as secções temáticas, as cibersecções serão instrumentos para que o PS, que é um partido de militantes, seja um partido mais aberto e com uma relação mais fácil com o eleitorado e com novas preocupações sociais do eleitor moderno, num momento de transformação social muito intensa.

Que medidas vai tomar para fortalecer os laços com as novas direcções das federações que

entretanto foram eleitas, por que houve os congressos, e também das concelhias onde também se realizaram eleições. Fechado este ciclo eleitoral interno assiste-se a uma renovação, à emergência de novos dirigentes, e portanto é necessário cimentar novas relações para olear a máquina partidária. Como tenciona actuar?

Estou permanentemente disponível para reforçar os contactos com as estruturas

O principal caminho para que essa articulação se faça será persistir e até aperfeiçoar o que tem sido uma realidade nos últimos meses no PS, que é um regular funcionamento dos órgãos de direcção. Regular, porque os órgãos dirigentes têm reunido com a periodicidade prevista nos Estatutos, mas regular, também, porque realizam um debate político interno vivo e activo. A Comissão Política tem reunido com enorme regularidade, muitas vezes com a direcção do Grupo Parlamentar ou até com o Grupo Parlamentar e com os presidentes de Federações, o que accentua a grande representatividade territorial que a Comissão Política tem na sua composição.

As reuniões descentralizadas do secretariado nacional e o alargamento desses contactos às próprias concelhias são – de diferentes formas – instrumentos muito saudáveis de exercício da democracia interna ao serviço da mobilização e da unidade do partido. A meu ver o balanço é muito positivo e penso que a continuação desta

metodologia vai ser um instrumento fundamental para melhorar essa ligação. Obviamente que eu próprio, agora como responsável desta área, estou permanentemente disponível para reforçar esses contactos. Tenho feito reuniões por todo o País e vou continuar a fazê-las por forma a que haja uma articulação tão perfeita quanto possível entre as várias instâncias de direcção do partido.

Tendo em conta o novo ciclo eleitoral que se inicia em 2004 com eleições para o Parlamento Europeu e para as regiões autónomas, como é que encara a possibilidade de uma aliança de direita e suas eventuais repercussões na estratégia do PS? O Congresso do Partido definiu como objectivos para esta primeira fase os combates eleitorais para as europeias e para as regionais.

São eleições muito específicas. No caso das europeias foi afirmado de forma muito clara pelo secretário-geral e ratificado pelo Congresso de forma muito expressiva a nossa firme determinação de lutarmos pela vitória com as nossas cores.

São eleições em que o PS vai com o seu programa, com os seus ideais porque nas questões europeias o PS é de facto o partido que tem uma posição, uma história, um presente e um futuro mais coerente do que qualquer outro. Vamos bater-nos para as ganhar, provavelmente contra uma aliança de direita – uma aliança estranha porque forjada entre um partido que apesar de alguma hesitações, em momentos históricos muito importantes tem sido também ele um partido europeísta que é o PSD, com o CDS/PP do dr. Paulo Portas, que frequentemente manifestou posições de afastamento relativamente a esta perspectiva de Portugal participando activamente no processo de integração europeia. É uma aliança ditada por motivos de oportunidade, não por coerência política.

Estou seguro de que o PS vai conseguir

concretizar os seus objectivos nas europeias, particularmente importantes por estarmos a viver um momento de mudança na União Europeia.

E no que respeita às regionais?

O partido todo vai mobilizar-se para apoiar os nossos camaradas das regiões autónomas dos Açores e da Madeira para melhorarem a sua expressão eleitoral, para terem vitórias. E ter vitórias significa que o PS continuará a ter responsabilidades governativas nos Açores.

Nas eleições para as autarquias vai relevar muito a posição das federações?

O PS concebeu todo este processo de renovação das suas equipas dirigentes a nível local e regional tendo em atenção o facto de ter equipas directivas preparadas para enfrentar o combate eleitoral autárquico. A imagem que eu tenho é a de que o PS está já ao nível local e das estruturas federativas com uma preocupação de definir estratégias e definir caminhos para voltarmos a vencer a nível nacional de uma forma significativa o próximo acto eleitoral autárquico.

O partido a nível nacional vai reforçar os instrumentos de apoio aos nossos camaradas que vão enfrentar essas importantes batalhas e que estão nessa frente de combate que é das mais representativas no nosso trabalho político.

Que instrumentos de apoio são esses?

O funcionamento do departamento de apoio ao trabalho dos autarcas, por exemplo. Estão também relacionados com a fundação que no âmbito do PS trabalha esse tema. Nós vivemos muitos anos com uma expressão muito forte nas autarquias. Temos agora uma

em diversas áreas, preparámos no terreno o debate do estado da Nação de uma forma muito rica e participada, iniciámos o programa de reuniões descentralizadas do secretariado nacional. Portanto, a actividade partidária foi muito intensa.

Esta dinamismo e esta mensagem de combate político positivo para o PS nem sempre é reflectida pela agenda mediática dominada pelo dramatismo, como tem sido a agenda mediática portuguesa no último ano.

Agora, para surpresa de muitos, o PS mantém elevados níveis de confiança por parte do seu eleitorado. Nalguns estudos de opinião até acima do que foi o nosso registo eleitoral.

Sabemos que estudos de opinião são estudos de opinião, não são eleições. Nós batemo-nos é pelas eleições, mas é muito significativo que o PS mantenha, apesar dos problemas que referi, essas posições na preferência dos inquiridos. Isso deve-se, basicamente a duas coisas: a uma confiança grande que o eleitorado mantém no PS como referencial de democracia, de sinceridade, de frontalidade na abordagem dos problemas, e deve-se também, naturalmente, ao profundo desencanto que o eleitorado tem com a actuação governativa.

Nas circunstâncias que todos conhecemos, assumiu o pelouro da Organização em substituição do nosso camarada Paulo Pedroso. Como se sente, para usar uma expressão antiga no PS, no papel do “homem do computador”?

Sinto-me a desempenhar uma missão para a qual fui mobilizado em circunstâncias muito particulares, mas que me solicita da mesma forma que outras missões que tenho desempenhado.

Faço-o com empenhamento e determinação em levá-la a cabo.

Quem tem responsabilidades em apoiar e garantir a melhoria da organização do partido, tem fundamentalmente de trabalhar para que a democracia interna do partido seja o mais rica e criativa.

Sendo a democracia mais rica a acção política tende a ser mais eficaz.

Sabemos, por outro lado, que para a acção política há sempre escassez de meios, e esse é um problema a que não podemos fugir, é necessário sempre encontrar soluções que nem sempre são fáceis para que a actividade política se mantenha a um nível elevado. Julgo que garantir que da parte da direcção nacional do partido uma palavra permanente de apoio ao funcionamento das estruturas de base que são aquelas onde o partido palpita, onde a nossa corrente sanguínea de facto flui.

Tenho tido a oportunidade de nos últimos meses manter contactos muito intensos com os militantes e simpatizantes do partido desde o Algarve até Trás-os-Montes e tenho visto em muitos sítios uma grande vontade de ultrapassar as dificuldades com o reforço da solidariedade interna. É essa a mensagem que retiro, o que dá a quem tem estas funções uma particular responsabilidade mas também um acréscimo de segurança porque nos militantes sente-se uma vontade de participarem, de ajudarem, e não nego que tem sido particularmente significativo o facto de termos participado em acções políticas onde camaradas que eram apenas simpatizantes resolveram, neste momento, aderir.

O eleitorado mantém o PS como referencial de democracia, de sinceridade e de frontalidade

expressão que, embora menor, ainda tem uma enorme representatividade e congrega a confiança de uma enorme massa de portugueses em todos os municípios do país. Precisamos de um esforço acrescido para recuperar o que perdemos neste campo.

Insistindo alguns analistas e comentadores no sublinhado que “o PS bateu no fundo”, como se justificam em seu entender as sondagens que continuam a atribuir ao PS a preferência da maioria do eleitorado?

O Partido Socialista viveu, nos últimos meses, momentos bem difíceis do ponto de vista do seu funcionamento, da sua expressão política e até do seu estado de espírito, se é que se pode falar de estado de espírito de um partido. Mas também é verdade, e nem sempre tem sido reconhecido isso por muitos dos nossos mais conhecidos analistas, que, apesar disso, o PS tem mantido uma actividade partidária extremamente intensa. Realizámos acções importantes,

AS VITÓRIAS DO PARLAMENTO EUROPEU!

Não vencemos, nos árduos debates, tudo o que nos tínhamos proposto conquistar. Mas, enquanto eleitos do povo, sabemos que não defraudamos o que ele esperava desta luta do Parlamento Europeu.

Todos partem de um padrão de referências para avaliar o trabalho da Convenção e o seu resultado material, o projecto de Constituição para a Europa que, no dia 18 será de forma integral, depositado nas mãos da Presidência italiana da União Europeia.

Por isso não é de admirar que invoque as ambições do Parlamento europeu para medir o resultado da Convenção.

Isto é, a luz do mandato que o Parlamento Europeu me conferiu, enquanto representante titular de uma das suas componentes políticas mais importantes, o Grupo do Partido Socialista Europeu, valeu a pena o trabalho realizado ao longo de 17 meses? Respondo que sim. Porque?

1. *Porque* sendo oriundo de uma Assembleia parlamentar de representação indirecta, ganhando a legitimidade do sufrágio directo e tornando-se representante dos povos e cidadãos da Europa, nunca, nas revisões feitas a partir daí, o Parlamento ultrapassou a importância de mero órgão de consulta, fazendo ressaltar a contradição entre excesso de legitimidade popular e pouco poder de decisão. Hoje o Parlamento Europeu ganha a função que corresponde ao seu método de eleição: transformou-se em órgão legislador ordinário, decidindo consoante a vontade dos cidadãos, em parceria igualitária com o Conselho que representa os Estados. O Conselho deixará de deliberar sozinho e o Parlamento Europeu terá sempre, na legislação europeia, uma palavra final;
2. *Porque* o processo de co-decisão passou de escassos 35 domínios para 92, sem esquecer o poder acrescido no Orçamento da União. A verdade é que o Parlamento será o legislador da União Europeia permitindo, em paralelo com a legislação nacional, que em ambos os casos sejam os cidadãos a legislar através dos seus representantes, como é próprio de uma Democracia;
3. *Porque* a União se torna mais eficaz, ao consagrar a maioria qualificada como regra geral de decisão em desfavor do método tradicional da unanimidade, que desce de 84 domínios para escassos 37, sendo alguns destes não legislativos. No entanto, sectores como a Política externa e a Defesa, apesar de possíveis evoluções para a maioria qualificada, mantêm-se na unanimidade, o que só revela a sensibilidade da Convenção às legítimas hesitações dos Estados-membros;
4. *Porque*, finalmente, o Parlamento assume a sua natureza histórica, ao conquistar o direito à decisão global, em última instância, do Orçamento da União, eliminada que foi a distinção entre despesas obrigatórias e não obrigatórias único domínio onde o Parlamento influiu;
5. *Porque* passam a necessitar de acordo maioritário - parecer conforme - os acordos internacionais que a Comissão prepara e o Conselho decide, envolvendo-se desta forma os cidadãos, na legitimação do direito internacional, de forma paralela à que exercitam por intermédio dos Parlamentos nacionais, através do mecanismo da ratificação;
6. *Porque* é ao Parlamento que passa a caber a eleição por maioria absoluta do Presidente da Comissão Europeia, proposto pelo Conselho Europeu, assim como lhe passa a assistir o direito de votar um segundo candidato, caso o candidato proposto não tenha sido aprovado, pela maioria requerida. Estabelece-se, assim, a parlamentarização e o sufrágio indirecto para a Presidência do órgão executivo da União Europeia, em paralelo com o que sucede nos países de democracia parlamentar.
7. *Porque* dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu resulta a escolha da personalidade que o Conselho, por maioria qualificada proporá para Presidente da Comissão, ao Parlamento. Mais uma vez a Democracia ressalta nas escolhas fundamentais da União Europeia, dando à vontade e ao voto do cidadão uma quota de influência nas grandes decisões políticas da vida da Europa;
8. *Porque* a maioria qualificada se define em relação às duas legitimidades da União: a que lhe advém dos Povos ou Cidadãos e a que lhe advém dos Estados. Para decidir é necessário que ambas se conjuguem de forma a que nenhuma delas prejudique ou se sobreponha à outra. Por isso a maioria qualificada se qualifica como a maioria dos Estados-membros que representem pelo menos três quintos da população da União. Regra que só vigorará a partir de 2009 porquanto se considerou razoável uma fase longa de adaptação, na qual continuam a vigorar os preceitos do Tratado de Nice;
9. *Porque* o número de deputados europeus é fixado em 736, mantendo-se uma relação população-deputado, que não prejudica os Estados de pequena dimensão. Portugal mantém 24.

Finalmente, porque se venceram as resistências dos suecos, britânicos e dinamarqueses em aceitar símbolos que representem a Europa face ao exterior. E a Europa acordou, naturalmente, em identificar-se através:

- de uma bandeira da União que representa um círculo de 12 estrelas sobre fundo azul.
- de um hino da União que é o hino da alegria da nona sinfonia de Beethoven.
- de uma divisa: unidos na diversidade.
- de uma moeda, o euro.
- e de um dia da Europa celebrado a 9 de Maio.

Não vencemos, nos árduos debates, tudo o que nos tínhamos proposto conquistar. Mas, enquanto eleitos do povo, sabemos que não defraudamos o que ele esperava desta luta do Parlamento Europeu.



LUÍS MARINHO

Opinião

BERLUSCONI EM ESTRASBURGO

PRESIDÊNCIA ITALIANA COMEÇA MAL

A concretização da estratégia de desenvolvimento económico e social definida em Lisboa é um dos objectivos da presidência italiana da União Europeia, cujo programa foi apresentado no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, numa sessão que ficou marcada pela polémica devido aos insultos de Silvio Berlusconi a um deputado alemão da bancada socialista. Intervindo no atribulado debate que foi a apresentação do programa da presidência italiana por Silvio Berlusconi, o euro-deputado Manuel dos Santos referiu que "a concretização da estratégia de desenvolvimento económico e social definida em Lisboa, bem como a estratégia europeia para o emprego, vão depender do êxito da presidência italiana". Neste sentido, e "independentemente de quem na circunstância actual protagoniza a presidência", Manuel dos Santos desejou o pleno sucesso dos trabalhos que ao longo deste semestre vão decorrer, realçando como positivo a prioridade dada ao relacionamento da economia europeia, "que actualmente permanece em estagnação".

"Por isso - disse - é importante conhecer muito bem as propostas concretas da nova presidência, quer em relação ao lançamento de um vasto programa de investimento em infra-estruturas, com o apoio do BEI, quer quanto à reabertura do debate em torno da flexibilização do Pacto de Estabilidade e Crescimento que impõe às economias europeias um duro espartilho de contenção orçamental, mesmo quando, como é actualmente o caso, as suas taxas de crescimento são negativas ou muito próximas do zero". Além do relacionamento da economia europeia, a presidência italiana tem entre os seus objectivos encerrar as negociações da nova Constituição europeia, de forma a concluir no Conselho Europeu de Roma os trabalhos da Conferência Intergovernamental.

CARLOS LAGE

GRÉCIA DEU UM IMPULSO DECISIVO AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO

A presidência grega da União deu um impulso decisivo ao projecto de Constituição da União Europeia, disse o presidente da delegação socialista portuguesa, Carlos Lage, ao referir-se, no plenário de Estrasburgo, ao balanço dos últimos seis meses.

"A Convenção Europeia deu lugar a um novo período de constitucionalismo europeu, que ultrapassa o constitucionalismo nacional e representa uma ruptura e uma mudança positiva na história da construção europeia", considerou o eurodeputado. Entre os outros aspectos que mereceram uma referência positiva de Carlos Lage, estão as diligências feitas relativamente às políticas de imigração e asilo, e a posição que a Grécia assumiu a propósito da guerra no Iraque. Elogiou também o contributo que



mental. Entre os seus propósitos, de referir ainda as questões relacionadas com o alargamento, destacando-se o impulso aos países dos Balcãs e da Turquia para se aproximarem da União Europeia, a "normalização" das relações entre a Europa e os Estados Unidos no plano das relações externas, e as políticas de imigração.

Berlusconi insulta socialistas

Ainda a presidência italiana não tinha começado e já toda a imprensa europeia referia os aspectos menos ortodoxos das posições de Silvio Berlusconi relativamente a diversas questões, entre elas a defesa da extinção da Comissão Europeia ou a integração da Rússia e de Israel na União.

Com tanta expectativa criada, seria difícil não haver um caso. Foi o que aconteceu no homicídio de Estrasburgo, durante a apresentação do programa da presidência, em que Berlusconi insultou o deputado socialista alemão

Martin Schultz, que questionara a lei da imunidade recentemente aprovada para proteger o chefe de Governo italiano de um processo por suborno. Berlusconi não gostou da pergunta e respondeu dizendo que o eurodeputado socialista daria um bom intérprete no papel de chefe dos nazis num filme que está a ser rodado em Itália sobre os campos de concentração.

O eurodeputado afirmou depois que aquele tipo de comentários, normalmente, são motivo para demissão. "Como membro do Parlamento Europeu e como socialista senti-me muito mal e insultado. Nós, socialistas, sentimos-nos insultados com este homem. Estas declarações são um insulto às vítimas dos campos de concentração", disse. O Partido Socialista Europeu considerou que o caso abriu um conflito institucional grave entre o Parlamento e o Conselho, e exigiu um pedido de desculpas de Berlusconi. Também o chanceler alemão, Gerhard Schroeder, exigiu um pedido de desculpas.

espanhóis, disse o comissário Franz Fischer, no plenário de Estrasburgo, em resposta a uma pergunta do eurodeputado Carlos Lage.

Carlos Lage pretendia saber quais as medidas que a Comissão poderia tomar para que fosse respeitado o princípio da estabilidade relativa na gestão dos recursos piscatórios, já que em todo o litoral português, por causa desta questão, "está a crescer a inquietação e a revolta contra as autoridades europeias".

Para o comissário Fischer, apenas existe praticamente uma possibilidade de solução, sobretudo se dos lados espanhol e português existir disponibilidade para aceitar uma disposição que estabeleça a fixação das quotas, essencialmente para a sardinha.

Quotas para a sardinha

A Comissão Europeia está disposta a estabelecer uma quota (que agora não existe) para a captura da sardinha em águas portuguesas por pescadores

FERRO RODRIGUES

ESTRATÉGIA DE LISBOA DEVE SER A MARCA DISTINTIVA DA EUROPA

Uma estratégia de desenvolvimento assente no modelo social europeu e nas linhas e orientação definidas na "Estratégia de Lisboa", que definiram como objectivos tornar a União Europeia a economia mais próspera do mundo com base no pleno emprego, inovação e conhecimento, foi o eixo central da intervenção do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no encerramento do colóquio "Uma Constituição para a Europa", que decorreu no Porto, nos dias 11 e 12, numa organização conjunta da delegação portuguesa no Parlamento Europeu e da Federação do PS/Porto. Num colóquio extremamente concorrido, o secretário-geral do PS afirmou que Portugal deve defender na União Europeia uma estratégia de modernização que lhe permita enfrentar os novos desafios que resultam da globalização, da evolução tecnológica e do envelhecimento da população.

"Para nós, socialistas, está fora de questão varrer para debaixo do tapete neo-liberal o essencial do modelo social europeu e a prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos da Europa inteira", disse.

Ferro Rodrigues sublinhou as contradições do Governo, que no passado escarneceu dos esforços dos governos do PS para fazer adoptar a Estratégia de Lisboa, e hoje a "professa com devoção". No entanto, considerou que das palavras à acção governativa vai um fosso abissal, como todos os dias os portugueses constatarem com o agravamento da crise económica, com o aumento do desemprego, iniquidade fiscal, ineficiência orçamental, abandono do esforço de investimento tecnológico, na qualidade da educação e qualificação profissional, e em tantos outros domínios.



Ferro Rodrigues encerra o colóquio "Uma Constituição para a Europa"

"Por isso - afirmou -, é fundamental exigir ao Governo responsabilização pela aplicação da Estratégia de Lisboa, não só no plano da acção governativa nacional, mas também na definição e aplicação das políticas da União a consagrar na Constituição europeia". Outra área em que o secretário-geral do PS insistiu foi a da reforma dos Fundos Estruturais e negociação das próximas perspectivas financeiras. "O PS exprime sérias preocupações quanto à preparação que o Governo parece não estar a fazer para as fundamentais negociações sobre a programação financeira 2007-2013", afirmou. Para a negociação das próximas perspectivas financeiras, Ferro Rodrigues considera que Portugal deve defender intransigentemente quatro princípios: a fixação em 0,45 por cento do PIB da União para as verbas dos Fundos Estruturais; o evitar da manipulação dos Estados mais ricos na definição dos objectivos que vão presidir à reforma dos fundos comunitários; a criação de um princípio que possa beneficiar os

Estados-membros que apresentem divergências estruturais no âmbito da competitividade na sociedade do conhecimento e da inovação; e a fixação de objectivos claros no desenvolvimento das redes transeuropeias.

Sobre o projecto de Constituição europeia que será aprovado na próxima Conferência Intergovernamental, Ferro Rodrigues considera "avisado que os governos se abstenham da tentação de abrir a 'caixa de Pandora', retalhando e alterando substancialmente o equilíbrio do texto que a Convenção laboriosamente teceu e que é particularmente melindroso no que respeita à arquitectura institucional". O secretário-geral do PS exige que o Governo esteja atento e inviabilize os expedientes que possam surgir para introduzir tentações de criar um directório ou que desvirtuem os princípios da igualdade entre Estados e a independência e neutralidade da Comissão ou que lhe reduzam as suas capacidades executivas.

P.P.

UM GANHO PARA OS CIDADÃOS DA UNIÃO

"O que pode trazer para os cidadãos europeus uma Constituição", foi uma das interrogações que António Vitorino, comissário e membro da Convenção Europeia, lançou para uma sala completamente cheia, durante um colóquio que se realizou na Alfândega do Porto e que, no primeiro dia de trabalhos, teve oito oradores socialistas, entre deputados europeus e nacionais. A abertura esteve a cargo de Carlos Lage e Francisco Assis, respectivamente presidentes da delegação portuguesa no PE e da Federação socialista do Porto, que conjuntamente organizaram o colóquio. Francisco Assis falou da responsabilidade que os partidos políticos têm de criar uma consciência pública europeia, que se deve afirmar "não contra os modelos nacionais, mas para benefício de todos os europeus".

Carlos Lage, por sua vez, manifestou o seu entusiasmo perante a perspectiva de a União vir a ter uma Constituição, na medida em que isso representa "uma mudança civilizacional". "Devemos, nós socialistas, ser os apóstolos desta Constituição, que vem dar impulso político à União", disse, acrescentado

mesmo que "se devia ter ido mais longe".

António Vitorino optou por relegar para segundo plano as questões de natureza institucional que têm sido debatidas abundantemente, preferindo fazer uma análise na perspectiva daquilo que a Constituição pode contribuir para a melhoria do quotidiano dos cidadãos. Para o comissário, dotar a União de uma Constituição significa atribuir aos cidadãos um papel central no processo de construção europeia, protegendo-os, dando-lhes direitos e fazendo deles o fim de todas as políticas europeias de desenvolvimento.

Coordenação económica em falta

Tanto Manuel dos Santos como Guilherme d'Oliveira Martins criticaram o facto de nesta reforma dos tratados praticamente não terem sido abordadas as matérias relacionadas com a coordenação económica e a coesão social, decisivas para o progresso da União Europeia.

No entanto, Manuel dos Santos

considerou o resultado da Convenção satisfatório, na medida em que, na sua opinião, não houve recuo em dois princípios fundamentais: no equilíbrio entre os órgãos da União e no respeito pelo princípio da igualdade entre Estados-membros.

Guilherme d'Oliveira Martins considerou que aumentará o grau de protecção dos europeus e da sua cidadania.

Luís Marinho debruçou-se sobre o funcionamento da Convenção com todas as suas sensibilidades diversas e Alberto Costa sublinhou que estamos perante "uma verdadeira revolução constitucional" e que a grande novidade desta Constituição foi a inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais.

António José Seguro, coordenador do Gabinete de Estudos do PS e dos Assuntos Europeus no Parlamento, elogiou o método utilizado nos trabalhos da Convenção e considerou que, apesar desta proposta corresponder a um avanço sólido e positivo, gostaria que "se tivesse ido mais longe, no sentido de haver uma maior integração política".

P.P.

BARON CRESPO

A DIREITA NÃO GOSTA DE CONSTITUIÇÕES

"Para os democratas, ter uma Constituição é uma questão fundamental. Já os conservadores não gostam muito de constituições; preferem as leis orgânicas e as leis fundamentais", disse o presidente do Grupo Parlamentar dos Socialistas Europeus, Baron Crespo, no segundo dia de trabalhos, em que intervieram também Mário Soares, António Costa, Sérgio Sousa Pinto e Ana Gomes.

Baron Crespo alertou para o processo de reestruturação da direita europeia, que "é muito mais conservadora e agressiva", e estabeleceu algumas das diferenças que a separam da esquerda, que "não defende apenas uma sociedade de bem estar para todos, mas também um certo sentido da democracia".

Sobre o projecto de Constituição, considerou que "não é um texto perfeito, mas é positivo" por tudo aquilo que enuncia de valores comuns e princípios fundamentais".

Para os críticos da União na cena mundial, lembrou factos que frequentemente são esquecidos, mas que reflectem bem a sua influência na construção de um mundo melhor: "Somos a primeira potência económica e comercial a nível mundial, somos os maiores contribuintes para as Nações Unidas e para a ajuda ao desenvolvimento e, quando estamos unidos, conseguimos muitas coisas nos fóruns internacionais", afirmou.

Mário Soares, por sua vez, alertou para a importância das reformas que a União tem em curso, como o projecto de Constituição, a reforma da PAC, o relatório sobre a Política Externa e de Segurança Comum que foi elaborado por Javier Solana, o peso crescente dos novos países que vão tornar-se membros da União, o actual momento de recessão económica e a divisão que a Europa sofreu por causa da guerra no Iraque.

O ex-presidente falou também na necessidade de os socialistas começarem a pensar já no seu programa eleitoral e nos candidatos ao Parlamento Europeu que o vão defender. "O PS tem de seguir uma linha para ser seguida sem hesitações, porque é isso que importa para poder ganhar as próximas eleições", disse.

O que muda no sistema político

Em que medida é que a aprovação de uma Constituição Europeia vai alterar o funcionamento do nosso sistema político, foi o tema central da intervenção de António Costa, líder do Grupo Parlamentar do PS.

Costa considerou que a nova Constituição está recheada de processos legislativos atípicos, havendo um conjunto de matérias que deixará de ser da competência da Assembleia da República para passar a ser do Conselho de Ministros da União.

"A aprovação desta Constituição exige uma redefinição das regras do jogo do relacionamento entre a Assembleia e o Governo. O grau de responsabilização do Governo perante os parlamentos nacionais tem de ser reforçado", defendeu.

O eurodeputado Sérgio Sousa Pinto centrou a sua intervenção nas consequências da globalização para a União e para os Estados nacionais, considerando que hoje "não é possível dar resposta a nível nacional aos problemas que são de ordem supranacional", devendo ser a esse nível que elas devem ser procuradas.

Ana Gomes, responsável pelas relações internacionais do PS, considerou que a questão do alargamento vai afectar o impulso reformador das políticas europeias, criando lógicas de compensação que poderão ter efeitos positivos. Por outro lado, criticou a falta de vontade política e de liderança da União Europeia na afirmação de uma política externa e de segurança comum, defendendo, para colmatar essa lacuna, uma aposta sem hesitações na defesa e nas indústrias de defesa.



Mário Soares disse que o PS precisa de seguir sem hesitações uma linha de rumo em relação à Europa

SECRETÁRIO-GERAL

Dia 20 de Julho – Ferro Rodrigues participa na festa do PS/Coimbra, em Góis.

SECRETÁRIOS NACIONAIS

Dias 18 e 19 de Julho – Ana Gomes desloca-se a Roma para participar numa reunião da Internacional Socialista.

FEDERAÇÕES**ALGARVE**

Dia 15 de Julho – Reunião do Secretariado da Federação.

Dia 21 de Julho – Reunião da Federação Distrital.

Dia 25 de Julho – A Federação reúne-se com os presidentes das Concelhias e das Juntas de Freguesia, em Olhão.

Dia 27 de Julho – Confraternização dos socialistas de Aljezur.

COIMBRA

Dia 20 de Julho – Realiza-se a Festa da Federação em Góis.

GUARDA

Dia 21 de Julho – Visita dos deputados do círculo eleitoral a adegas cooperativas para avaliação das dificuldades do sector vitivinícola.

Dia 25 de Julho – A Federação efectua uma visita a lares e centros de dia, cuja construção foi suspensa por falta de financiamento governamental, seguida de uma conferência de Imprensa.

LEIRIA

Dia 18 de Julho – Reúne-se o Secretariado da Federação para fazer uma análise da situação política e preparar o plano de actividades.

SANTARÉM

Dia 19 de Julho – A Federação organiza um debate com responsáveis do distrito e do secretário de Estado da Administração Local, para análise da criação de uma área metropolitana que juntasse o distrito, em vez de duas comunidades urbanas.

VIANA DO CASTELO

Dia 19 de Julho – Reunião do Secretariado da Federação.

VILA REAL

Dia 18 de Julho - 21h30- Os deputados socialistas eleitos pelo círculo de Vila Real reúnem-se com autarcas e militantes de Sabrosa. No mesmo dia realiza-se uma reunião da Federação sobre a situação da "Casa do Douro".

CONCELHIAS**LISBOA**

Dia 16 de Julho, 21h30 – Realiza-se na Secção de Benfca e São Domingos de Benfca um debate sobre Cidadania, com a presença de Augusto Santos Silva.

GABINETE DE ESTUDOS**ÉVORA**

Dias 19, 20, 21, 22 e 23 de Agosto – O Gabinete de Estudos e a Delegação dos Socialistas Portugueses organizam a Universidade de Verão do Partido Socialista, subordinada ao tema "Governança Progressista".

GOVERNO SEM PENSAMENTO ESTRATÉGICO SOBRE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A ideia de que o novo modelo de organização político-administrativa do País proposto pelo Governo de uma forma "casuística" pode abrir uma caixa de Pandora, dada a inexistência de uma referência territorial consolidada, foi avançada pelos deputados socialistas Elisa Ferreira e Carlos Zorrinho num debate sobre áreas metropolitanas, promovido pela Margem Esquerda, no Hotel Altis, que contou ainda com a participação do presidente da CCR de Lisboa e Vale do Tejo, Fonseca Ferreira, e do secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas.



cipal". Como aspectos negativos do diploma, salientou o facto de se partir para esta importante reforma "como se nada existisse antes" e "sem estudos sobre o que é uma área metropolitana".

Salientando haver o risco de que "as actuais áreas metropolitanas se desfaçam", Elisa Ferreira defendeu que "temos de chegar a uma optimização por articulação de vontades, tendo em conta que o interesse nacional não é o somatório dos interesses municipais".

"Falta um pensamento estratégico do Governo em relação à dimensão do território", acusou, alertando que "era importante que não se abrisse uma caixa de Pandora, que houvesse uma referência territorial consolidada".

Já Carlos Zorrinho afirmou que "a evidência das insuficiências deste modelo de organização do País vai tornar imparável a regionalização", acusando o Governo de ter "legislado casuisticamente sobre o desenho territorial".

Na sua intervenção, o deputado defen-

deu "uma convergência" entre o PS e o PSD sobre "os modelos de financiamento autárquico que têm sido perversos".

Por sua vez, Fonseca Ferreira, membro da Margem Esquerda, a quem coube abrir o debate, disse que temos "um território demasiado fragmentado", apontando como principais problemas da organização administrativa do País o "excesso de centralismo", "insuficiência de dimensão municipal" e uma "administração central implantada de forma desconexa".

Fonseca Ferreira referiu ainda que "falta um critério à organização territorial para a implementação das comunidades urbanas".

Este debate, que se pretendeu plural, contou ainda com a participação do secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas, que explicou as linhas gerais do novo modelo de organização do território, preconizado pelo Governo.

J. C. CASTELO BRANCO

PS/ÉVORA PREPARA ESTUDO EXAUSTIVO DO DISTRITO

O Gabinete de Estudos Distrital do PS/Évora, coordenado pelo camarada Carlos Zorrinho, que conta já com a participação de cem militantes e independentes, divulgou o seu plano de actividades para 2003 numa sessão pública, no Teatro Garcia de Resende, em que esteve presente António José Seguro, director do Gabinete de Estudos Nacional.

Do plano de actividades, destaca-se a realização de um estudo rigoroso e exaustivo do estado do distrito em termos económicos e sociais, que será apresentado até 15 de Novembro.

Esse estudo constituirá uma base de debate interno, visando a formulação de um conjunto de propostas a incluir no programa de governo do PS nas

próximas legislativas.

O Gabinete de Estudos Distrital funciona com sete grupos temáticos: desenvolvimento económico, ambiente, ordenamento e administração do território, políticas sociais, educação e formação profissional, cultura, património e turismo, saúde e agricultura e desenvolvimento rural.

FEDERAÇÃO DE SANTARÉM CONSIDERA ABSURDO AUMENTO DO PEC

A Federação do PS de Santarém critica o Governo pela sua "teimosia" em aumentar para o dobro o Pagamento Especial por Conta (PEC) numa altura em que a situação económica "teima em se agravar assustadoramente" e o desemprego cresce exponencialmente.

"Esta medida é um absurdo no actual

ambiente de recessão, quando o que importa é criar condições às empresas para investir e dinamizar o investimento e a criação de emprego", refere um comunicado do PS/Santarém, lembrando que Durão Barroso, ao contrário do que prometeu nas últimas legislativas, aumentou os impostos, fez disparar o desemprego e pôs o País a

crescer menos do que a Europa.

A Federação de Santarém refere, por outro lado, que em Maio deste ano o desemprego no distrito aumentou 17,4 por cento face ao mês homólogo do ano passado, num quadro em que a taxa de desemprego na região é superior à média nacional.

PORTO

FRANCISCO ASSIS PEDE MAIS APOIOS PARA A FUNDAÇÃO EÇA DE QUEIROZ

O líder da Federação do PS/Porto, Francisco Assis, acusou a Câmara Municipal de Baião de estar a cometer um "crime de lesa-cultura" ao não apoiar financeiramente a Fundação Eça de Queiroz.

A instituição, que realizou investimentos nos últimos dez anos na ordem dos 1,2 milhões de euros, luta com grandes dificuldades financeiras e actualmente não tem dinheiro para assumir sequer os encargos salariais do mês de Julho. Este quadro foi denunciado por Francisco Assis no final de uma visita efectuada na semana passada à casa onde Eça de Queiroz viveu os momentos descritos em "A Cidade e as Serras".



Acompanhado pelas deputadas Isabel Pires de Lima e Manuela Melo, o líder dos socialistas portuenses afirmou ainda que o município de Baião "tem praticamente ignorado, ao longo dos

últimos anos, a actividade da fundação", instando a autarquia a conceder um subsídio de emergência para solucionar problemas financeiros inadiáveis.

Os três vereadores do Partido Socialista, em minoria no Executivo de Baião, vão apresentar na próxima reunião camarária uma proposta para a atribuição de um subsídio de emergência à fundação no valor de 60 mil euros. Francisco Assis garantiu também que as deputadas socialistas vão desenvolver iniciativas na Assembleia da República para pressionar o Governo a apoiar esta fundação, com grande relevância para o sector cultural do País.

BAIXO ALENTEJO

SOCIALISTAS DENUNCIAM EXTINÇÃO DO CAE EM BEJA

A Federação do Baixo Alentejo "repudia fortemente" a política centralista do actual Governo bem patente na extinção do Centro de Área Educativa (CAE) do Baixo Alentejo e Litoral.

Os socialistas do Baixo Alentejo acusam o Executivo de querer "centralizar em Évora todos os serviços do Ministério da Educa-

ção, o que vai piorar o seu funcionamento, para além de retirar de Beja postos de trabalho, quadros técnicos e capacidade de gestão local de serviços públicos". Por outro lado, o PS/Baixo Alentejo informa também, em comunicado que tomou posse uma comissão para investigar e escrever a história do partido

no distrito de Beja que vai ser presidida por Manuel Casteiro de Goes.

Face a recentes notícias relativas à Câmara Municipal de Odemira, a Comissão Política do Baixo Alentejo manifestou a sua solidariedade para com o presidente do município e os demais autarcas socialistas.

GESTÃO DESPORTIVA

PS "ARBITRA" BENFICA/SPORTING

A situação do desporto português, seus projectos e perspectivas de futuro, foi o tema debatido num descontraído e amigável Benfica/Sporting, promovido pela bancada socialista em conjunto com a Federação da Área Urbana de Lisboa do PS, no âmbito de uma discussão nacional sobre o tema, cujo último debate público terminou ontem.

Jogando neste derby alfacinha, na passada quinta-feira, dia 10, estiveram o administrador da Sociedade Anónima Desportiva (SAD) encarnada Tinoco Faria e o seu homólogo sportinguista José Eduardo Bettencourt, tendo como resultado um "empate" na defesa da ideia segundo a qual a gestão profissional do futebol, sendo já de si uma tarefa difícil por parte de sujeito ao factor sorte e à especulação, também se recente com a actual crise económica que Portugal atravessa.

Num encontro "arbitrado" pelo presidente da Comissão Euro 2004 Laurentino Dias, Tinoco Faria foi o primeiro a falar, por sorteio, tendo feito uma breve reflexão sobre a necessidade que se fez sentir, na década de 90, de se constituírem equipas de gestão profissional para gerir os cada vez mais volumosos negócios das grandes equipas do futebol nacional. "A exigência por parte dos governos de consultarem as contas dos clubes surgiu quando se teve percepção do capital que se transaccionava neste universo".

Assim, o responsável da SAD benfiquista considerou que estas sociedades foram criadas para garantir a existência de uma estrutura de gestão que possa ser fiscalizada e que tenha um comportamento



semelhante com as suas congéneres comerciais.

"Portugal é um país que produz e exporta jogadores e técnicos para o mercado internacional", por isso, defendeu, "é urgente que se faça uma reforma no futebol nacional" por forma a ser conseguida "uma completa profissionalização dos seus principais actores e demais intervenientes". "É preciso alterar os quadros competitivos de modo a melhorar a forma como o futebol é enquadrado" e isso passa por um trabalho sério e ponderado na área da justiça desportiva que, para já, continua a ser uma "manta de retalhos".

Clubes portugueses são mais cumpridores com o fisco

Por sua vez, o responsável leonino José Eduardo Bettencourt centrou a sua intervenção na defesa da tese segundo a qual o desempenho das SAD's em Portugal pode não ter sido o melhor, mas

o fenómeno não é um exclusivo nacional. "Lá fora também se verificaram falhas, mas há mais dinheiro e as condições são completamente diferentes", disse o responsável sportinguista, alertando de seguida para a perda de competitividade dos clubes portugueses em relação com as equipas europeias e para o facto de ter havido um pagamento faseado (Plano Mateus) das verbas devidas pelos clubes Segurança Social e à administração tributária.

"Na questão fiscal temos sido mais cumpridores do que lá fora", afirmou, alertando para as dificuldades sentidas na gestão desportiva num ciclo político não favorável.

A terminar o administrador da SAD do Sporting deixou uma mensagem à governação, defendendo a criação de condições para a gestão das Sociedades Anónimas Desportivas que não sejam excessivamente inflexíveis.

MARY RODRIGUES

O REGRESSO DO OÁSIS

A reforma da Administração Pública não tem uma ideia nova e é por enquanto uma miragem. O sistema nacional de saúde está a ser desmantelado. As fragilidades do sistema de justiça nunca foram tão evidentes.



MARK KIRKBY

O discurso de Durão Barroso no debate mensal sobre Estado do País roçou a alucinação: contra todas as evidências e recuperando a Teoria do Oásis, o primeiro-ministro recorreu a todo o tipo de manigâncias para escamotear os problemas que o país vive e que resultam em grande parte de um ano de desgoverno.

Ora, este tipo de manigâncias mediáticas – que, espantosamente, ao fim de mais de um ano de governação da direita, continuam a ter bom acolhimento por parte dos órgãos noticiosos – confirmam que este Governo inaugurou uma nova

forma de fazer política de que não havia precedente em Portugal, nem sequer nos governos da direita, verdade seja dita. Tudo se passa no plano virtual. Para este Governo, o que releva é o embrulho, mesmo que ele esconda o vazio da sua própria falta de projecto e da mais conflagrada incompetência. O ministro Bagão Felix já tinha ensaiado a receita: o Eurostat, o INE e o Banco de Portugal explicam que o desemprego está a subir e o ministro insiste em dizer que sabe que está a descer. Não porque tenha qualquer dado nesse sentido, mas porque tem um "palpite". Durão fez o mesmo. O país está nas ruas da amargura e o PM perde seis horas a anunciar com total descaramento uma retoma que só existe na cabeça dele e de alguns comentadores políticos seus amigos.

Pelo mesmo diapasão alinhou, na mesma circunstância, o líder do Grupo Parlamentar do PSD, acusando a oposição de estar a pôr em causa o ambiente de retoma com o seu discurso sobre a crise. Como que dizendo que a oposição tem a obrigação patriótica de alinhar nos delírios do actual Governo, que contra todos os indicadores fala de um país que não existe. Há, no entanto, uma diferença fundamental entre o discurso crítico que a oposição hoje faz e o discurso sobre a crise que a actual maioria fez, aliás de forma totalmente irresponsável, quando ganhou as eleições. É que então alguns indicadores macroeconómicos estavam mal, mas o país no seu conjunto continuava a crescer. Agora os indicadores estão todos pior do que alguma vez estiveram depois de 1985.

E é isto que a direita, por muito que tente, não consegue esconder, mesmo com a ajuda concertada da opinião publicada. É que, não obstante o segundo Governo socialista ter tido dificuldades – empoladas pelo actual Governo – em controlar o défice, as pessoas, então, viviam melhor em Portugal. O relatório sobre os índices de desenvolvimento humano das Nações Unidas confirmam isso de forma cabal. Os anos da governação socialista foram anos de progresso humano acentuado no nosso país, o mesmo é dizer, anos em que a qualidade de vida da generalidade das pessoas aumentou. E isso como consequência directa de políticas projectadas e executadas pela governação socialista nas áreas sociais, da formação, do avanço tecnológico, científico e cultural, do ambiente. Por isso é particularmente irritante assistir ao que parece ser um movimento organizado no sentido de convencer os portugueses à força de que este Governo fez um série de reformas que os vão pôr a viver melhor. Porque, não só não há ainda nenhuma reforma, como é inegável que os portugueses estão a viver muito pior. O Código do Trabalho é insípido e ao fim de um ano de trapalhadas ainda não conseguiram pô-lo em vigor. O rendimento social de inserção ainda não está em vigor (e ainda bem). A reforma das pensões da função pública – feita à pressa e sem sensibilidade social – foi hoje mesmo declarada inconstitucional. A reforma da Administração Pública não tem uma ideia nova e é por enquanto uma miragem. O sistema nacional de saúde está a ser desmantelado. As fragilidades do sistema de justiça nunca foram tão evidentes. E entretanto o país parou e está lançado numa das maiores crises económicas e sociais dos últimos anos, com o défice público a derrapar. Vive-se hoje um clima de paralisia e os portugueses sentem na pele o desalento, a frustração e o receio pelo futuro.

É mau de mais. Esperemos que acabe depressa.

GOVERNO RENEGA O POTENCIAL DA JUVENTUDE

JAMILA MADEIRA

SECRETÁRIA-GERAL DA JS E
COORDENADORA DO PS DA ÁREA
DA JUVENTUDE

A Juventude em toda a sua plenitude e diversidade deve ser encarada e tratada como um recurso estratégico por si próprio, pela sua capacidade empreendedora, pela sua irreverência crítica e descomprometida e pelo dinamismo que a própria cria em seu redor. Importa, por isso, que numa sociedade cada vez mais global, onde a Juventude se apresenta como um elo de vital importância e motor das grandes opções estratégicas e transformações sociais, uma nova atitude e uma nova concepção perante aqueles que, pragmaticamente, são aclamados como o futuro.

Contudo, o futuro é para a Juventude em particular e para a sociedade em geral o fruto de um presente que se deseja activo e dinâmico, mas cuja expectativa criada pelo Governo de coligação PSD-PP nos remete cada vez mais para a mediocridade.

O actual Programa de Governo encara a juventude e as suas opções políticas nesta área com uma eloquente superficialidade, denotando uma clara falta de empenho e visão estratégica, conducente a uma política do dia a dia, como a mera "gestão de merceiro". Apenas e só, minuciosamente, se consegue decifrar, neste documento, que se quer ambicioso e descomprometido, um pensamento estratégico onde o Jovem é opção.

Em todo o Programa de Governo, o medo de ser afirmativo, de ter ideias, ou incentivar a capacidade criativa da Juventude, de tudo que vá para além de alguns interesses económicos ou de grupos, conduz a Juventude Portuguesa à estagnação, demonstrando nesta matéria uma preocupação que não vai para lá de uma miragem. Embora saibamos que, "palavras leva-as o vento", ainda assim poderíamos esperar que o mesmo vento que as leva, semeasse alguma esperança, contudo o mesmo vento levou também a própria esperança, e a realidade é que em matéria de política de Juventude desde Abril de 2002 até hoje nada se semeou.

Em nosso entender, o interesse nacional, o futuro da Juventude em particular e consequentemente o futuro de Portugal defende-se e fomenta-se com a partilha de responsabilidades entre quem exerce o poder e a oposição: contudo, para alcançar tal harmonia necessitamos de práticas concretas e exigimos o envolvimento dos diversos sectores da sociedade num diálogo que se quer permanente e de respeito mútuo.

Agarrando com vontade o papel próprio de oposição, que assumimos com responsabilidade, na denúncia e/ou falta de políticas que consideramos vitais, não podemos deixar de denunciar o verdadeiro estado da Nação, no que a políticas de Juventude diz respeito, longe do pequeno oásis de promessas de que outrora o Governo fez bandeira.

Relativamente à valorização das estruturas associativas juvenis, não só se diminuiu/cortou o cordão umbilical das relações como ainda se cortou em grande escala a atribuição de subsídios, fundamentais para a sobrevivência destas estruturas, que abraçam e captam o

Jovem para uma co-responsabilização e participação na vida das comunidades locais, no seu desenvolvimento e consequentemente no progresso do País. Relembramos a falta de critérios transparentes na atribuição de subsídios ordinários, bem como os contínuos atrasos no pagamento de subsídios aprovados (até hoje não foi disponibilizada nenhuma tranche do PAAJ 2003, que aliás não é cumprido), além da injustificada redução de 14 por cento em relação ao orçamento em 2002, das verbas do PAAJ.

Citando o Programa de Governo: "O fomento dos Centros de Juventude existentes... dando ênfase às realizadas por associações juvenis ou por outros grupos informais", constatamos que o Governo caminha exactamente em sentido oposto daquele que defendeu, encerrando dezenas de Postos de Informação Juvenil por todo o país (deliberação de Abril de 2003), atrasando ainda de forma sistemática e injustificada a inscrição no RNAJ e funcionando o IPJ (fundamental ao apoio ao associativismo) de forma quase precária e sem plano de actividades até ao momento, o que aliado à inexistência de um único novo programa de estímulo ao associativismo denota bem a política de desinteresse que permanentemente tem vindo a ser seguida nesta área.

Contudo, esta paisagem assume ainda contornos mais tenebrosos e denota um abandono claro de uma Juventude que necessita de estímulos para se afirmar, quer no panorama Nacional, mas também no panorama Internacional, estimulando, por si só, um défice precoce de acesso ao conhecimento global, que hoje a tecnologia teima rapidamente em nos facilitar, fruto de uma subnutrição preocupante, patente na diminuição em 90 por cento de investimento de Jovens na Sociedade de Informação em comparação com o ano transacto.

Sabendo hoje que a própria "indústria do conhecimento" constitui por si só uma oportunidade de desenvolvimento, e cuja matéria-prima mais importante a essa mesma indústria é a própria Juventude, é incompreensível a falta de incentivos à "promoção e iniciativa..." na área dos Jovens empresários, investigadores, inventores e artistas..." (como aliás se apregoava no Programa de Governo), sendo que a única medida nesta área se resume à reformulação do POE, agora PRIME, sem se conhecerem as consequências para o futuro do próprio SAJE.

Existem ainda preocupações que atiram os Jovens para o submundo da falta de condições e oportunidades de acesso básico que os permitam singrar, e que no século XXI são já exigências mínimas de bem-estar, numa sociedade que se quer mais democratizada, solidária e justa. Relembramos aqui a redução de 11 por cento dos incentivos ao arrendamento, relegando-nos para uma fásquia equivalente à de 1998, complementada ainda com a extinção do crédito bonificado jovem e para famílias carenciadas.

Não se pretende com este apontamento tapar a luz que ainda se vislumbra ao fundo do túnel, não podemos contudo deixar de salientar também a escassez de preocupações ao nível de programas dissuasores de práticas de risco, sendo a juventude tendencialmente mais permeável a algumas práticas de risco. Nesta matéria salienta-se, não só, a não criação de novos programas com visão estratégica no sentido da diminuição desses riscos, bem como os cortes orçamentais cegos efectuados em programas já existentes nesta

matéria (70 por cento no programa de Estilos de Vida Saudável e 50 por cento no Programa de Integração Social de Jovens em Risco, por exemplo).

Denotam-se também contrariedades múltiplas no que respeita ao próprio reconhecimento de prioridades e aquele que é o verdadeiro rumo deste Governo, para quem define a "promoção do intercâmbio juvenil como prioridade..." e como postulados de actuação, efectua cortes de 75 por cento no investimento da rede de pousadas da Juventude e atribui 25 mil euros para o Centro Português da Juventude, que constitui um corte de 95 por centorelativamente a 2002.

A articulação interna, no reconhecimento de prioridades e na definição de estratégicas, tem sido sistematicamente uma prática do passado que nos remete aos Governos do PS. Ou seja, a Juventude é transversal na sociedade, o que apesar de poucos serem os poderes do SEJD, este tem o poder e o dever de pressão junto dos seus pares, membros do Governo, bem como a responsabilidade de auscultar todos os parceiros sociais, sem excepção. Contudo, constata-se que não existiu uma única reunião ordinária dos parceiros sociais com o SEJD, através do seu órgão consultivo (CCJ) durante a presente legislatura.

É no entanto uma realidade a tentativa de o SEJD reunir com cada um dos parceiros sociais, inclusive com as próprias juventudes partidárias, contudo o modelo institucional tem-se esvaziado e parece tratar-se apenas de uma comissão liquidatária.

O Governo tem-se furtado a assegurar um modelo institucional que salvasse o princípio da igualdade entre todos os Jovens.

O facto do rendimento de inserção social ser negativamente discriminado e negado para os jovens, a exclusão dos dirigentes associativos dos órgãos de gestão ao nível de ensino, as elevadíssimas taxas de desemprego que afectam os jovens (particularmente, o crescente e alarmante, aumento da dificuldade na obtenção do primeiro emprego), o anunciado encerramento de inúmeras comissões de dissuasão de toxicod dependência, bem como o surgimento de listas de espera para as primeiras consultas nos CAT's (o que é extremamente alarmante), o regresso dos "numeros clausus" ao ensino superior, a desconfiança dos jovens contribuintes (suscitada pelo indiscriminado e injustificado perdão fiscal) em relação ao Estado... nenhuma desta questões mereceu uma única voz de pressão ou mero protesto em defesa dos jovens por parte do SEJD.

Se esta geração tem efectivamente uma formação em termos médios superior à geração progenitora, tem hoje problemas sérios na área do emprego, da habitação, da saúde, na sua cidadania activa, na solidariedade, no ambiente e até na própria opção da interioridade, e tem como desafios a Cidadania Europeia e a relação com a Comunidade Lusófona então devem ser verdadeiramente potenciados e integrados os seus esforços. Caso contrário, os efeitos desta paralisia, própria da não política, serão visíveis na melhor das hipóteses dentro de um ou dois anos e serão dramáticos com o aumento vertiginoso da exclusão e da marginalidade junto dos Jovens.

Urge agir, esta geração merece e precisa. Não pode esperar mais!

Universidade de Verão

"GOVERNAÇÃO PROGRESSISTA"

Évora de 19 a 23 de Agosto

Inscrições até 31 de Julho



Programa provisório

Dia 19 de Agosto, 3ªF

17.00 Horas

Introdução e informações sobre o Programa e funcionamento da Universidade

18.00 Horas

Abertura Oficial e introdução ao 1º Painel
"A Governação Progressista",
seguida de debate

Dia 20 de Agosto, 4ªF

10.00 Horas

Workshop sobre Governação Local (autarquias)

15.30 Horas

Painel sobre Governação Local (autarquias)

Dia 21 de Agosto, 5ªF

10.00 Horas

Workshop sobre Governação Nacional

15.30 Horas

Painel sobre Governação Nacional

Dia 22 de Agosto, 6ªF

10.00 Horas

Workshop sobre Governação Europeia

15.30 Horas

Painel sobre Governação Europeia

Dia 23 de Agosto, Sáb.

10.00 Horas

Painel sobre Governação Mundial

16.00 Horas

Sessão de Encerramento com a presença do Secretário Geral do PS, Eduardo Ferro Rodrigues

A INSUSTENTABILIDADE DO ABUSO DA PRISÃO PREVENTIVA

Em meados dos anos 80 do século passado, um famoso apresentador televisivo italiano foi preso preventivamente na base de depoimentos de arrependidos da Mafia e de registos fotográficos em que, alegadamente, era identificado a receber um pagamento ou uma embalagem contendo estupefacientes. A imprensa italiana, mesmo a menos sensacionalista, deu uma publicidade imensa ao caso. No próprio dia da sua prisão as televisões e os principais jornais deliciaram-se, mostrando-o, em almagas, com ar perplexo e espantado, rodeado por dois polícias. Esta figura pública permaneceu um tempo considerável em prisão preventiva, acabando por ser libertado porque as provas incriminatórias apresentadas contra ele acabaram por se revelar completamente infundadas. Infelizmente, não teve muito tempo para desfrutar da liberdade, já que faleceu pouco depois.

Qualquer semelhança entre este caso e a prisão preventiva do deputado Paulo Pedroso não é pura coincidência. Tal como o português, o sistema judiciário italiano servia-se nesse período do recurso à prisão preventiva para deter indivíduos que se julgavam ligados a formas de criminalidade violenta ou a delitos de colarinho branco. Tal como em Portugal, este recurso tendia a generalizar-se a casos em que não se justificava a sua aplicação, passando de excepção a regra, para além de beneficiar de uma cobertura sensacionalista dos *mass media*.

Mas o que mais repugna ao cidadão esclarecido são os argumentos que pretendem justificar o que se está actualmente a passar em Portugal. Um dos mais correntes é que o sistema judicial está actualmente a ser *atacado* porque, agora, tem a coragem de prender os "poderosos". Este argumento é duplamente falso. Primeiro, confunde figuras públicas com "poderosos", acabando por legitimar acriticamente o uso abusivo da prisão preventiva que, no fundo, presume-se, pode prejudicar alguns inocentes, mas que acaba por ser o preço a pagar para que os "poderosos" sejam detidos. Segundo, parte do princípio de que a prisão preventiva dos "poderosos" exprime a solidez e o bom funcionamento do sistema judicial português quando, pelo contrário, revela os seus limites e a necessidade de uma urgente reforma.

Outro argumento legitimador do *status quo* foi enunciado pelo mediático jurista Marcelo Rebelo Sousa no rescaldo da prisão de Paulo Pedroso. De acordo com o Professor, "em justiça se não se corre o risco de 4,5 erros em cada dez detidos não se prende ninguém" (*Público*, 26. 5. 03). Esta tese é, no mínimo, surpreendente. Em primeiro lugar, porque numa sociedade em que se está constantemente a alertar os mais jovens para a preservação e defesa de alguns direitos individuais e civis inalienáveis, como, por exemplo, o direito à presunção de inocência entre outros, acaba por insinuar-se que estes são de certo modo instrumentais, já que, se fossem respeitados na íntegra o aparelho judicial permaneceria bloqueado. Em segundo lugar, o argumento

legítima a política securitária da Administração de George W. Bush que mantém presos sem acusação centenas de cidadãos de origem árabe com a justificação de que alguns deles poderão estar ligados a redes terroristas. Em terceiro lugar, é inqualificável e absolutamente falso que para conseguir a condenação de alguns culpados um sistema judicial saudável e justo seja obrigado a sacrificar um número considerável de inocentes. Numa sociedade democrática nada pode justificar tal sacrifício, pois isso é porta aberta para a suspensão de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos ou para a introdução de restrições excepcionais que podem transformar-se, mais cedo ou mais tarde, em regra.

Nenhum destes argumentos contribui minimamente para resolver a crise do actual sistema judicial português. Não restam dúvidas que nos encontramos numa encruzilhada. Das duas uma: ou se reduz significativamente o recurso abusivo à prisão preventiva para preservar o segredo de justiça ou então se opta pela considerável limitação deste. De facto, não é admissível que os arguidos sejam julgados na praça pública enquanto estão presos preventivamente e, ao mesmo tempo, se continue a defender, como se nada se passasse, um segredo de justiça que é permanentemente e constantemente violado pelos acusadores públicos ou outros.

Por fim, o princípio da irresponsabilidade que protege as decisões judiciais de constrangimentos que poderiam ferir gravemente a sua autonomia não deve ser confundido com impunidade ou infalibilidade das decisões judiciais. Os erros judiciais são possíveis porque os magistrados são, como os membros de qualquer outra profissão, também falíveis em certas ocasiões. Um sistema de justiça eficaz e transparente não pode basear-se no princípio de que são inevitáveis 4,5 erros judiciais para condenar um perigoso cadastrado. Para evitar isso, é necessário responsabilizar os magistrados pelas suas decisões erradas, quando se provar que houve manifesta negligência na apreciação das provas. Porque a dignidade de um cidadão injustamente condenado não tem preço, nem é indemnizável. As prisões preventivas resultantes do escândalo da pedofilia da Casa Pia apenas vieram revelar as insuficiências e anacronismos do sistema judicial português e não a sua excelência reencontrada. Só vieram revelar que, para além dos "poderosos", se encontram presos preventivamente milhares de portugueses por delitos menores. Este é um facto incontornável, inadmissível num país que possui uma Constituição que dedica cerca de setenta artigos ao elenco dos direitos, liberdades e garantias de que desfruta o cidadão da República. Poderemos continuar a viver na hipocrisia e a dizer que nada disto tem a ver connosco e, preguiçosamente, acalentarmos a fé de que, no fim de contas, a justiça há-de triunfar? As questões de fé não fazem justiça.



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

O princípio da irresponsabilidade que protege as decisões judiciais de constrangimentos que poderiam ferir gravemente a sua autonomia não deve ser confundido com impunidade ou infalibilidade das decisões judiciais.

LISBOA, CIDADE SOLIDÁRIA E COSMOPOLITA

Quando me perguntaram qual foi a razão que me levou a filiar no Partido Socialista, a minha resposta foi: porque o PS é a organização política onde me revejo nos princípios, objectivos e valores que perfilha e pretende atingir e porque é o partido que acolhe no seu seio cidadãos portugueses, mas igualmente outros cidadãos residentes em Portugal que procuram no socialismo democrático a resposta às exigências sociopolíticas do mundo contemporâneo. Razão pela qual milito no Partido Socialista camaradas oriundos dos mais diversas origens em que são mais numerosos os cidadãos dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Fá-lo porque, valoriza e reconhece o papel absolutamente insubstituível que essa massa crítica vem, ao longo dos séculos, desempenhando na construção de uma sociedade que se quer justa, solidária, harmoniosa e equilibrada. Fá-lo igualmente porque entende que o partido deve abrir-se à iniciativa, à inovação e ao progresso. Como não fazê-lo quando esse segmento de população representa cerca de meio milhão, ou seja cinco por cento da população em Portugal? Como não fazê-lo, quando com o seu trabalho, a sua determinação, coragem, cultura e criatividade, sensibilidade e afecto essa população tem concorrido, de forma decisiva, para o dinamismo, o desenvolvimento e a modernização de Portugal? Porque não transformar em força o que alguns ingénios caracterizam de fraqueza para Portugal. A diversidade cultural não é um problema, mas sim um recurso disponível para o seu desenvolvimento. Portugal é um dos países da União Europeia onde não têm enraizamento social ou eleitoral partidos ou forças políticas que acolham ou promovam ideologias racistas ou xenófobas. Aqui, estas ideologias não encontram campo político e partidário ou agentes de institucionalização activa como nos outros países, mas também em Portugal o outro não encontra enquadramento de acordo com as suas potencialidades já que como disse Vala, Brito e Lopes (1999), "os grandes partidos políticos em Portugal, à esquerda como à direita, não tomam posições anti-racistas ou anti-xenófobas". O peso do passado histórico a contradição expressa na escravatura, no trabalho forçado e manifesto na ideologia luso-tropicalista terá facilitado senão o racismo subtil, mas pelo menos atitudes preconceituosas e discriminatórias profundas dos quais cada um de nós é vilima quotidianamente, nas mais variadas formas.

É verdade que a população de origem imigrante ocupa todo o território português, mesmo nos lugares mais recônditos, mas é também verdade que o número mais importante escolheu Lisboa para viver e trabalhar, razão pela qual Lisboa é caracterizada como uma cidade cosmopolita e pretende-se que seja também uma cidade solidária.

Efectivamente, urge tornar visível a riqueza do contributo social e económico que vêm dando à sociedade portuguesa. Como tem sido defendido por diversos autores como, por exemplo, como Jorge Macaísta Malheiros "os imigrantes e os seus descendentes são elementos de inovação e internacionalização das metrópoles do centro".

Segundo o mesmo autor, "os imigrantes e os seus descendentes contribuem para diversificar e densificar a rede de relações internacionais das cidades de destino, na medida em que, para além da própria circulação, transportando, capitais, bens e informação e imagens, alargam o conhecimento recíproco e justificam o desenvolvimento de contactos que extravasam o âmbito do grupo, atingindo a

população maioritária, as autoridades locais e mesmo tecido empresarial, étnico ou não".

Os imigrantes, muitos dos quais acabarão por se naturalizar, já não estão condenados a escolher entre ficar para sempre ou regressar, já que a própria dinâmica da globalização permite o desenvolvimento de comunidades económicas transnacionais de que falam alguns sociólogos da imigração. Há hoje a possibilidade de viver uma dupla pertença, de viver com ligações a dois países, o país de origem e o país onde escolhemos viver e onde procuramos realizar o direito de cada ser humano à felicidade.

Muitos dos camaradas conhecem, por experiência própria ou por testemunho o que é ser migrante, uma vez que Portugal já foi um país de emigrantes, por excelência. Assim poderão imaginar a difícil situação de exclusão e por vezes de segregação que estatuto de migrante potencia. Todos conhecemos histórias de diáspora, casos de sucesso e de insucesso, percursos bem sucedidos e outros menos felizes.

O volume de imigrantes em Lisboa já se manifesta na recomposição demográfica de uma sociedade onde se assiste à estagnação do crescimento demográfico e envelhecimento da população.

Ora, porque não viver essa diferença como um facto mutuamente enriquecedor? Por que não desenvolver uma pedagogia do pluralismo e diálogo cultural?

Reforço de auto-estima, valorização dos nossos papéis e uma firme determinação a fim de potenciar a contribuição activa na construção de uma cidade que se pretende aberta, pluralista e com vocação universalista.

Os negros em Portugal têm títulos antigos de cidadania. Lisboa está cheia de presenças silenciosas de geração de negros que participaram no seu desenvolvimento com o seu trabalho, a sua cultura e a sua espiritualidade. Há que recordar as festas do Rei do Congo, as irmãs das dos homens negros de Nossa Senhora do Rosário, os Santos Negros da Igreja da Graça, o grande bairro africano denominado Mocambo onde a população negra se misturou com outras populações para dar origem à Madragoa, o Poço dos Negros.

Há toda uma presença a redescobrir e que nos ajudará a perceber que Lisboa foi sendo feita por diferentes povos e culturas. No passado, na maior parte dos casos, numa base de desigualdade e de opressão. No presente e no futuro terá de ser numa base de equidade e de efectiva igualdade de oportunidades.

Batemo-nos por uma cidade coesa, solidária, plural que valorize e integre as diferenças, as gerações, as vocações, as sensibilidades, as sonoridades, os sabores. Para isso há que valorizar cada cidadão no que ele tem de singular de livre e de diferente. Há que aprendermos a viver juntos sem discriminações preconceitos, hetero-exclusões ou auto-exclusões.

Queremos que cada um de nós possa ser um cidadão plenamente participante em todos os níveis da sociedade, das organizações e naturalmente do nosso próprio partido.

É por isso que decidi militar no PS sem renegar nada do que fui e daquilo que sempre lutei - o respeito pela dignidade de cada ser humano, o orgulho pelo contributo que os africanos têm dado para a construção das sociedades modernas.

Quero poder sentir-me aqui plenamente na minha casa como espero que se sintam, se for essa a vossa opção, em casa, nos nossos países de origem.



NATÁLIA UMBELINA

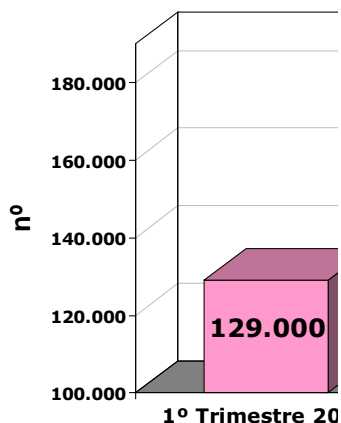
MILITANTE DA SECÇÃO DE BENFICA E SÃO DOMINGOS

Há toda uma presença a redescobrir e que nos ajudará a perceber que Lisboa foi sendo feita por diferentes povos e culturas. No passado, na maior parte dos casos, numa base de desigualdade e de opressão. No presente e no futuro terá de ser numa base de equidade e de efectiva igualdade de oportunidades.

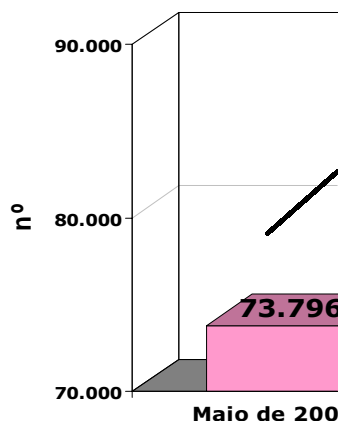
A CRISE DO DESEMPREGO NO FEMININO

MAIS 55.400 MULHERES DESEMPREGADAS

Num ano, o número de mulheres desempregadas aumentou 43 por cento

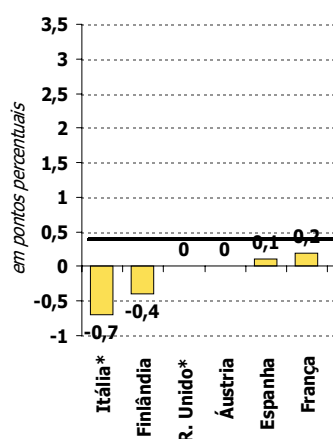


Mais 14.776 mulheres que estão desempregadas há um ano ou mais: um aumento de 20%



PORTUGAL TEVE O MAIOR CRESCIMENTO DA TAXA DE DESEMPREGO NAS MULHERES

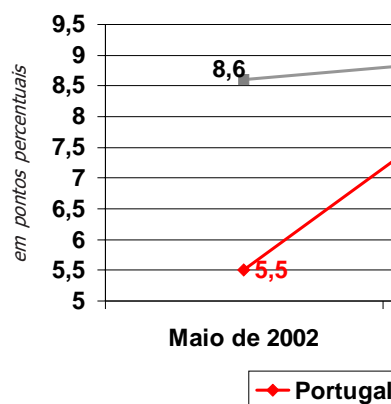
De 5,5% em Maio de 2002 passou para 8,8% em Maio de 2003, um aumento de 3,3 por cento, oito vezes maior superior à média europeia.



UMA TRISTE CONVERGÊNCIA COM A UNIÃO EUROPEIA

A taxa de desemprego nas mulheres portuguesas está praticamente ao nível da média da União Europeia.

A convergência foi espantosa!!!



Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.pps.pt/accao